



ANA CAROLINA CARDOSO

A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA EM SCHUMPETER E MÉSZÁROS

Campinas
2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ANA CAROLINA CARDOSO

A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA EM SCHUMPETER E MÉSZÁROS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof^o Fábio Antônio de Campos.

Campinas

2016

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais que se transformaram em estímulo, me impulsionando a buscar vida nova a cada dia. Que se doaram inteiros e renunciaram a alguns de seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus.

Ao meu irmão e meu sobrinho, por terem aceitado se privar de minha companhia pelos estudos. Reconheço e agradeço o inestimável e importante apoio e compreensão. Vocês me concederam a oportunidade de me realizar ainda mais.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela graça de sempre me fazer entender qual o melhor caminho a seguir;

Aos meus pais Domiciano e Marilúcia, pelos empurrões ao longo da vida, pela paciência em me ajudar a levantar depois de cada queda e por me ensinarem a querer sempre mais;

Ao meu irmão Felipe, por seu exemplo acadêmico, pela sua busca incessante de novos conhecimentos que sempre me inspiraram e me orgulharam. Por me proporcionar discussões importantes com grande intercâmbio de perspectivas quanto aos problemas socioeconômicos que a sociedade contemporânea apresenta;

Por meu sobrinho Eduardo, pelo carinho, caretas e brincadeiras, força invisível que ainda me faz acreditar que tudo é possível;

À minha cunhada Bruna, pela paciência e carinho que sempre demonstrou, por cuidar de mim como uma verdadeira irmã;

Ao meu orientador, Fábio Antônio de Campos; pela orientação, compreensão e conhecimento compartilhado; não só quando na condição de orientanda, mas durante todo o curso de Ciências Econômicas;

Aos demais professores, por me ensinarem a desafiar minhas capacidades, me fizeram descobrir que posso ir muito além;

Aos colegas cuja amizade conquistei durante os últimos 5 anos que passei na Unicamp, em especial à Inaiá Magalhães de Andrade Bonelli; e

Aos meus amigos, importantíssimos, pelos ombros, ouvidos e abraços, apoio incondicional que tornou o esforço da última etapa mais suave.

“O espírito de inovação, a realidade da inovação obsedam o nascimento e o crescimento do sistema capitalista. Expedições plenas de possibilidades a regiões longínquas alimentam seu primeiro impulso. O inventor que, como o artista, à força de sonhar com outro mundo, modifica este, estende a mão ao empresário dinâmico que muda a face da terra, no sentido rigoroso dos termos”.

François Perroux

“O que distingue uma época econômica de outra, é menos o que se produziu do que a forma de o produzir”.

Karl Marx

RESUMO: a prática da obsolescência programada busca incentivar um modelo de mercado baseado na produção em série e no consumo, apesar de haver indícios que sua prática se iniciou nos anos de 1920, começou a se generalizar objetivando a recuperação da economia dos países no cenário da Grande Depressão. Apesar das mudanças ocorridas desde então, tal conceito continua a ser implementado ainda nos dias atuais. A justificativa do estudo é incitar o debate quanto à dualidade da estratégia da obsolescência programada, que responde à necessidade de inovação presente no sistema capitalista, entretanto pode implicar fortes impactos negativos em termos de consumo de recursos, uma vez que é impossível ocorrer um crescimento econômico de forma inesgotável, tendo em vista que os recursos do planeta podem se esgotar. Essa dualidade é exposta nesse estudo a partir da contraposição entre as visões de Schumpeter e a de Mészáros a fim de entender quais são seus limites e consequências nos planos econômicos, sociais e ambientais.

Palavras-chave: obsolescência planejada - sociedade de consumo - consumo forçado - produção em série - sustentabilidade - produção destrutiva.

ABSTRACT: the practice of planned obsolescence seeks to encourage a market model based on mass production and consumption, despite evidence that its practice began in the 1920s, he began to generalize in order to recovery of the economy in the countries in the Great Depression scenery. Despite the changes that have occurred since then, the concept continues to be implemented even today. The justification of the study is to encourage debate about the duality of the programmed obsolescence strategy that responds to the need for innovation present in the capitalist system, however, can have strong negative impacts in terms of resource consumption, since it is impossible to experience a growth economical inexhaustibly, given that the planet's resources may be depleted. This duality is exposed in this study from the opposition between Schumpeter and Mészáros to complete what your limits and consequences in the economic, social and environmental plans.

Keywords: planned obsolescence - consumer society - consumption forced - mass production – sustainability - destructive production.

Sumário

Resumo.....	7
Abstract	8
Lista de Quadros.....	10
Introdução	11
Capítulo 1 – Contexto Histórico da Obsolescência Programada.....	14
1.1 Introdução	14
1.2 Definição e contexto histórico	14
1.3 O uso efetivo da obsolescência programada	18
1.4 Tipo de obsolescência programada	24
1.5 Obsolescência programada e o impacto socioambiental	26
1.6 Obsolescência programada no setor automobilístico.....	29
1.7 Obsolescência programada no Brasil	31
1.8 Conclusão	35
Capítulo 2 – A Obsolescência Programada em Schumpeter	37
2.1 Introdução	37
2.2 Joseph Alois Schumpeter e sua teoria.....	37
2.3 Destruição criadora e Obsolescência programada.....	42
2.4 Conclusão	45
Capítulo 3 – A Obsolescência Programada e Mészáros	48
3.1 Introdução	48
3.2 Premissas de Marx em Mészáros	48
3.3 O sistema sociometabólico do capital em Mészáros	53
3.4 Crises de superprodução e seus desdobramentos.....	58
3.5 Mészáros e a lógica destrutiva	66
3.6 Conclusão	72
Considerações Finais	76
Bibliografia.....	81

Quadros

Quadro 1 – Destino dos aparelhos antigo.....	33
Quadro 2 – Nem vale consertar	34
Quadro 3 – Tempo de uso de cada equipamento, de acordo com os entrevistados	35

Introdução

A prática da obsolescência programada, que é a redução da vida útil dos produtos de forma intencional para promover um aumento das vendas do mesmo através de práticas que enaltecem o consumismo, está em plena discussão tanto do ponto de vista econômico quanto pelo viés social e ambiental.

Alguns economistas defendem que a redução da vida útil dos produtos é uma estratégia muito eficiente para aumentar os lucros das empresas inovadoras frente ao cenário competitivo presente no mercado. Por outro lado, essa prática acaba por criar uma demanda fictícia, e essa melhoria não é capaz de se sustentar por longos períodos, e acaba por ser uma geradora de impactos negativos tanto em termos socioambientais, quanto em termos econômicos.

Quanto aos problemas socioambientais pode-se, por exemplo, apontar a degradação do meio ambiente com o aumento da produção de lixo no planeta; o desrespeito ao código de defesa do consumidor, uma vez que o lançamento de novos modelos de produtos, mesmo com poucas alterações tecnológicas, concomitante ao grande estímulo realizado para convencer que a população necessita desses produtos como necessidade básica acaba, na maioria dos casos, desrespeitando leis presentes quanto a defesa do consumidor existentes em diferentes países, incluindo o Brasil, que declaram, por exemplo, que deve haver a reposição de peças por até cinco anos após o término da fabricação de um produto. Considerando os problemas empresariais, a prática discriminada da obsolescência programada pode ocasionar os grandes custos de produção ou custos para esse descarte antecipado causando impactos na lucratividade e/ou rentabilidade das empresas em função, por exemplo, de redução das vendas oriundas do aumento dos custos de depreciação e pelo menor prazo de diluição dos investimentos.

O presente estudo tem como objetivo entender a obsolescência programada a partir de Schumpeter e de Mészáros, estabelecendo por um lado a linha de argumentação de cada um no que se refere à relação entre sistema capitalista e sociedade, bem como a comparação entre eles nos seus distintos métodos de análise.

Antes da exposição dos conceitos e teses de cada autor, no capítulo 1 será feita uma abordagem a respeito do que é a prática da obsolescência programada e como ela surgiu no ambiente capitalista, considerando a situação histórica de quando tal prática passou a ser efetivamente utilizada e difundida entre as empresas. Para tanto, será feita

uma retrospectiva histórica desde os de 1920, onde há indícios de que tenham ocorrido os primeiros ensaios a respeito dessa prática considerando que foram utilizadas três formas diferentes para tornar um produto obsoleto antes da sua “data de validade ter expirado”: obsolescência de função (onde o produto existente se torna antigo por se introduzir um novo produto no mercado que consegue realizar suas funções de maneira mais eficiente, sendo superior ao produto já existente); obsolescência de qualidade (quando um produto é projetado para quebrar ou ser gasto em um tempo menor do que levaria normalmente); e a obsolescência psicológica (quando o produto não apresenta defeito nem é obsoleto, apenas o se apresenta assim devido há uma mudança na sua aparência, e concomitantemente ocorre um processo para instigar ao comprador o desejo de adquirir tal produto). Será necessário também acentuar os impactos socioambientais que essa prática gera e, ainda nesse primeiro capítulo de contextualização, apresentar que mesmo iniciada nos anos de 1930, a obsolescência programada continua sendo utilizada ainda nos dias de hoje, indagando se esse consumismo é realmente benéfico para a sociedade.

No capítulo 2, será apresentada a visão schumpeteriana a partir da concorrência, da estratégia de inovação e dos resultados da empresa capitalista. Ao buscar sempre lucros monopolísticos, a inovação realizada pelo empresário se coloca como um dos principais determinantes da “destruição criadora”. Neste trabalho, será vista a obsolescência programada como um reflexo de tal processo, em que o ciclo inovador depende da oferta de produtos com tempo de obsolescência programada para enfrentar a concorrência. Dessa forma, a questão central em Schumpeter seria como o empresário cria e destrói seus próprios produtos e os produtos concorrentes, apontando que existe uma relação entre inovação tecnológica e evolução capitalista, como dois aspectos centrais da dinâmica do mesmo sistema.

No capítulo 3, será abordada a visão de Mészáros quanto ao sociometabolismo do capital que acaba por arquitetar uma intensidade cada vez maior da relação produção-consumo, capaz de gerar uma crise estrutural, cujo um dos múltiplos efeitos é produzir uma sociedade altamente alienada, como uma condição de “vendabilidade” do ser humano. Ou seja, as novas necessidades e mercadorias produzidas, sem seguirem nenhuma regra calcada nas necessidades humanas, mas tão somente do capital, tornam as pessoas cada vez mais individualizadas e até egoístas, sendo a análise de tais fatos um elemento central para decifrar a crise da sociedade atual de superprodução, como reflexo dessa “lógica destrutiva do capital” e, tendo consequências potencializadoras da

destruição e da precarização do trabalhador, salientando o contexto da exploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.

Nas considerações finais, será realizada uma contraposição entre as duas vertentes teóricas, elucidando as limitações e semelhanças de cada autor.

Capítulo I

CONTEXTO HISTÓRICO DA OBSOLÉSCÊNCIA PROGRAMADA

INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentada a definição de obsolescência programada, a situação histórico-econômica que tal prática passou a ser efetivamente utilizada, bem como diferenciar conceitualmente as três formas utilizadas para tornar o produto obsoleto. Em seguida, será mostrado o impacto socioambiental. Para finalizar, será apresentada a obsolescência programada no setor automobilístico e no Brasil, de forma a elucidar com exemplos essa prática que, embora surgida nos distantes anos de 1930, continua vigente ainda nos dias de hoje.

1.2 – DEFINIÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO.

A obsolescência programada, de acordo com Bulow (1986, p.729) é definida como uma prática caracterizada pela diminuição intencional da durabilidade de produtos e serviços, principalmente de bens duráveis. Assim, produtos que tecnicamente poderiam continuar em uso por um maior período de tempo, tornam-se obsoletos, ultrapassados, arcaicos ou antigos antecipadamente, de forma planejada em função dos objetivos das empresas, acelerando ou antecipando o lançamento de novos produtos. Ou seja, é a prática de fazer produtos que têm sua vida útil determinada em sua fabricação, utilizando-se de materiais que se deterioram de forma mais rápida ou pela constante incorporação de novas tecnologias, tornando modelos anteriores ultrapassados, mesmo quando em perfeito funcionamento.

Ainda na década de sessenta, Packard (1965), realizou um estudo a fim de analisar as estratégias usadas nos Estados Unidos para incentivar o consumo em massa. Karin Mancia sintetiza as estratégias apontadas por Packard:

“1) estimular a compra de vários itens de um mesmo produto (Há sempre lugar para mais); 2) incentivar a aquisição de um novo produto, desfazendo-se do velho (Progresso através do espírito de jogar fora); 3) incentivar a substituição de peças, ao invés de concertá-las, quando não conseguiam convencer o consumidor a jogar o produto fora; 4) dificultar os meios de o consumidor ter

conhecimento sobre o valor real do produto, promovendo constantes liquidações (Progresso através do caos planejado); 5) facilitar a obtenção de empréstimos e financiamentos para a compra de bens de consumo (Vendendo no “nunca-nunca”); 6) incentivar o hedonismo, buscando eleger o prazer individual e imediato como o único bem possível (Hedonismo para as massas); 7) estimular o aumento da população, aumentando desse modo o número de consumidores em potencial (Progresso através da proliferação de gente); e 8) utilizar alguns meios específicos para atingir a obsolescência programada (Progresso através da obsolescência planejada).” (MANCIA, 2009, p. 59).

Ainda de acordo com Packard, esse fenômeno teve início quando fabricantes, principalmente de automóveis e eletroeletrônicos, utilizaram como estratégia a diminuição do ciclo de vida útil dos produtos na tentativa de garantir um consumo contínuo e produzindo com um custo inferior e de maneira mais rápida objetivando a chegar a uma parte da população mais ampla possível.

Como mostra o documentário “The Light Bulb Conspiracy” (A Conspiração da Lâmpada), a história da obsolescência programada confunde-se com a história da indústria no século XX. Tal conceito está associado ao processo de globalização, num contexto da sociedade de consumo que surgiu como resultado da revolução industrial e do capitalismo industrial, propiciado também pelos mecanismos de produção Fordista. Os Estados Unidos foram os primeiros na racionalização e padronização da produção, criando métodos que geravam produtos, cujos preços eram mais acessíveis à população.

Neste período, de acordo com Packard, começaram a surgir novas técnicas de produção possibilitando o uso de diferentes materiais, em seu artigo Pedro Galvão destaca que:

“Começaram a surgir novas tecnologias, possibilitando o uso de materiais diferenciados, como o plástico e o alumínio para a fabricação de diversos produtos de consumo. Na década de vinte, o número de empresas havia aumentado, desse modo, a competição tornou-se mais acirrada para a conquista do mercado consumidor. Logo, diante dessa situação surgiram os produtos com estilos diferenciados, ou melhor, produtos que tinham manipulação de

características, como a sua aparência externa, para que ficassem mais atrativos aos demandantes e assim, funcionando como meio de incremento às vendas. Um bom exemplo é o mercado automobilístico, mas vários outros setores passaram a usar esta mesma estratégia de renovação anual dos modelos, ocasionando um incentivo à substituição por modelos ou produtos novos”. (PACKARD, 1965,p.25 apud PAVÃO, 2009, p.1).

Apesar da teorização da obsolescência programada ter ocorrido apenas em 1929, como foi mencionado acima, já em meados de 1920 a prática era adotada. O marco de quando realmente foi posta em prática não é precisa, como pode ser visto no documentário “*Comprar, tirar, comprar: A História Secreta da Obsolescência Programada*”, tal prática foi criada na década de 1920, pelo então presidente da General Motors Alfred Sloan. Tal ideia teria sido executada inicialmente por ele quando começou a temer o perigo da saturação do mercado. A fim de atrair os consumidores a trocar de carro frequentemente, Sloan, em 1925, fez com que o setor de vendas da empresa aderisse à produção por modelos anuais de seus bens, tendo como apelo a mudança anual de modelos e acessórios, ou seja, a ideia de utilizar a obsolescência como alavanca para vendas maiores e mais constantes de suas mercadorias, em vez de garantir, de forma mais relevante, melhorias tecnológicas anuais, dando origem à concepção consumista dos americanos.

Por outro lado, como foi exposto na obra de Braga (2012), a ideia de diminuir o tempo de durabilidade dos produtos foi registrado pela primeira vez na linha de produção no ano de 1925, quando os principais fabricantes de lâmpadas da Europa e dos EUA (Osram, Philips y General Electric) participantes do cartel Phoebus decidiram reduzir de maneira proposital os custos e o tempo de vida útil de seus produtos de 2,5 mil horas de uso para apenas mil, com multa para aqueles que não cumprissem tal determinação. Com isso, as pessoas seriam obrigadas a comprar o triplo de quantidade de lâmpadas para suprir a mesma necessidade de luz e aumentariam os lucros das indústrias associadas a esse cartel. Dessa forma, a lâmpada, símbolo da ideia e da inovação, passa a ser o símbolo da obsolescência planejada.

Entre 1929 e 1930, diante de um cenário de crise que foi instaurado na conjuntura da Grande Depressão, tal prática que buscava incentivar um modelo de

mercado baseado na produção em série e no consumo, tinha como objetivo a recuperação da economia dos países naquele período.

“A crise de 1929 acarretou o fechamento de muitas empresas, e as que sobreviveram tiveram que adotar estratégias adequadas à continuidade de suas vendas, serviço este nada fácil, diante da falta de recursos disponíveis. A aparência dos produtos passou a ter importância ainda mais relevante no momento da compra, então as firmas americanas, nessa época, passaram a adotar conceitos de moda para fazer seus produtos mais desejáveis. Estas mudanças foram relatadas, genericamente, pela revista, rádio, cinema, televisão, que logo se tornou o instrumento mais eficaz à propaganda”. (PACKARD, 1965,p.51 apud PAVÃO, 2009, p.1).

Embora surgido nos distantes anos 1930, este conceito continua vigente nos dias de hoje em função da concepção de que o “consumo forçado” é o responsável pelo aumento da produção e da demanda, o que, em tese, propicia não só trabalhadores com melhores salários, mas principalmente a sua inclusão na sociedade de consumo. Seria este “círculo” virtuoso que acabaria por estimular a criação de riquezas e, conseqüentemente, o desenvolvimento das nações.

Porém, opostamente a essa ideia, Jean-Baptiste Say escreveu no início do século XIX:

“O estímulo ao mero consumismo não é benéfico para o comércio; a dificuldade está em ofertar os meios e em produzir, e não em estimular o desejo pelo consumo; e já vimos que somente a produção fornece tais meios. Portanto, é o objetivo do bom governo estimular a produção, e do mau governo estimular o consumo.” (J.B. Say, 1983, p.139).

A Lei dos Mercados de Say é um princípio básico que sustenta as teorias econômicas clássicas e neoclássicas, onde tem-se o “Princípio da Demanda Efetiva” cuja oferta criaria sua própria procura. Dessa forma, questiona-se a consequência central advinda da obsolescência programada, onde se observa a produção pela ótica do

consumo e dando-lhe papel fundamental para uma economia sólida e em contínuo crescimento, ignorando o fato de que, nas palavras de Say, a riqueza se origina da produção e não do consumo, e indagando o estímulo desenfreado do consumismo.

1.3 – O USO EFETIVO DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA.

Apesar da prática da obsolescência programada ter se iniciado em meados de 1920, sua teorização foi apresentada apenas alguns anos mais tarde com a discussão gerada pelo norte-americano Bernard London, um investidor imobiliário, que sugeria em seu livro *“The new prosperity”* a obrigatoriedade de uma vida útil mais reduzida para os produtos como forma de alavancar a economia, que passava pela crise de 1929. Segundo LONDON (1933), a tecnologia moderna havia aumentado a produtividade das empresas e consequentemente a qualidade dos produtos, dando uma vida útil maior. Devido a Grande Depressão vivenciada, as pessoas estavam usando seus produtos pelo maior tempo possível, com isso, gerando um prolongamento da crise. Diante desse panorama London defendeu a ideia de que a baixa durabilidade dos produtos, “faria a máquina do consumo girar naturalmente, com empresas produzindo, gente trabalhando e consumindo” (London, 1933, p.2).

Em 1932 o autor tenta impor a criação de uma agência governamental responsável pela criação de uma lei que seria encarregada de definir que a prática da obsolescência programada fosse obrigatória, em que seriam definidas datas de morte de alguns produtos, com os consumidores sendo convocados a entregar esses produtos e substituí-los, mesmo que ainda funcionasse, como meio de acabar com a crise norte-americana. Se sua teoria fosse colocada em prática, London defendia que as fábricas não fossem parar de produzir, e as rodas das indústrias manteriam em movimento o emprego e a renda da população. London chegou a propor, inclusive, um imposto sobre as pessoas que continuassem a utilizar produtos legalmente fora do prazo de validade (SLADE, 2006, p.77). Porém suas ideias não foram efetivamente adotadas.

A ideia exposta por London não seria efetiva olhando pelo prisma do bloco comunista no Leste Europeu, a análise de Slade conclui que a obsolescência programada não poderia ser aplicada, e ao invés disso, as indústrias socialistas em alguns casos criaram equipamentos que duraram cerca de 30 anos. O sistema socialista da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS - tinha uma visão diferente de produção, uma vez que não havia a figura do capitalista e o Estado detinha

os meios de produção, dessa forma a falta de recursos, tanto matérias-primas quanto tecnológicos, a prática da obsolescência não fosse desejada implicaria prejuízo para o Estado.

Após a tentativa de London ter fracassado, em 1936, Leons Kelley, diretor de uma companhia norte-americana, publicou um artigo intitulado “Durabilidade antiquada: se a mercadoria não se gastar mais depressa, fábricas ficarão paradas e pessoas desempregadas”, em que explica que a durabilidade dos produtos era visto pelos consumidores como uma característica importante do produto, o que deveria fazer com que as indústrias parassem com a utilização da prática da obsolescência programada, afirmando que com o fim dessa prática as vendas aumentariam (PACKARD, 1965).

Tal ideia foi considerada radical num primeiro momento, e não foi efetivamente colocada em prática no início da década de 1930, porém após a recuperação da grande depressão, durante a década de 1950, o designer industrial Brooks Stevens, que já era famoso por seus desenhos modernos no desenvolvimento de produtos, passou a defender intensamente a obsolescência programada e argumentava que com a redução da vida útil dos produtos e o desenvolvimento da propaganda, o consumidor passa a ter o desejo de consumir cada vez mais afluído, deixando de comprar por necessidade e passando a consumir por hábito. Neste sentido, Bauman (2008, p.31) ressalta que:

“Entre as maneiras com que o consumidor enfrenta a insatisfação, a principal é descartar os objetos que a causam. A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo. É pela alta taxa de desperdício, e pela decrescente distância temporal entre o brotar e o murchar do desejo, que o fetichismo da subjetividade se mantém vivo e digno de crédito, apesar de interminável série de desapontamentos que ele causa. A sociedade de consumidores é impensável sem uma florescente indústria de remoção do lixo. Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir”.

Bauman (2008, p.31) complementa tais reflexões apontando a ideia de que:

“Afinal de contas, nos mercados de consumidores-mercadorias, a necessidade de substituir objetos de consumo defasados está inscrita no design dos produtos e nas campanhas publicitárias calculadas para o crescimento constante das vendas. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem) ”.

Nesse circuito incessante, quando não há crescimento, há crise e desespero. Portanto a finalidade dessa necessidade de inovar, produzir e crescer é evitar que a economia deixe de crescer. Os casos mais comuns de obsolescência programada ocorrem com eletrônicos, eletrodomésticos e automóveis. Zygmunt Bauman (2008. p. 45) refere que a sociedade de produtores visava produtos duradouros, que fossem úteis por um longo prazo, pois desejava segurança e estabilidade e via nos bens de fato duráveis uma forma de proteção. No entanto, na sociedade de consumidores esse desejo por estabilidade é visto como um risco, um mau funcionamento do sistema. Isso porque o consumismo se caracteriza por instigar nos indivíduos cada vez mais desejos e desejos mais intensos, resultando na rápida substituição dos bens. Nas palavras do sociólogo, “Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos”. (BAUMAN2008. p. 45).

Pode-se dizer que a obsolescência programada é consequência da sociedade de consumo, mais especificamente do chamado consumismo. Como Bauman define (2008, p.37.) em há uma diferença entre consumo e “consumismo”. Para o autor, o consumo é um elemento inseparável da própria sobrevivência biológica, já a “revolução consumista” surge bem mais tarde com a passagem do consumo ao consumismo:

“Aparentemente o consumo é algo banal, até mesmo trivial. É uma atividade que fazemos todos os dias. Se reduzido à forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção, o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros

organismos vivos. [...] Já o consumismo, em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto à satisfação de necessidades (como suas “versões oficiais” tendem a deixar implícito), mas a um volume e uma intensidade de desejo sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la”.

Como já mencionado, tal prática começou a ser usada com mais frequência na década de 1950, isso ocorreu devido ao fato de as empresas norte-americanas se depararam com a falta de grandes inovações nos bens de consumo, inovações essas que estavam presentes nas décadas anteriores com a criação do rádio, da máquina de lavar roupa e da televisão, por exemplo. Somado a isso, a depressão dos fins dos anos 1950 fez com que os estoques das fábricas aumentassem muito, reduzindo a produção. Diante dessa situação, os governantes afirmaram à população que a solução para a crise seria o aumento do consumo, com isso, para eles, comprar passa a ser um dever patriótico (PACKARD, 1965).

Nesse momento surge nos Estados Unidos a ideia do “Modo de Vida Americano” (American Way of Life), onde o consumo dos produtos estava diretamente relacionado com a própria satisfação. A correlação entre o fato de que o consumo traria felicidade aumentou a demanda mesmo num contexto de crise dos fins dos anos 1950, disseminando de forma mais acentuada a prática da obsolescência, tendo os designers ou projetistas dos produtos um importante papel uma vez que contribuía para o produto envelhecesse ou quebrasse rapidamente ou fazendo com que se tornassem “fora de moda” ou feio. Neste momento, entre os economistas norte-americanos, torna-se popular o jargão criado por Brook Stevens: “Um produto que não se desgasta é uma tragédia para os negócios”.

De acordo com Vance Packard, em seu livro “A estratégia do desperdício”, publicado em 1965, dois artigos foram publicados nesta época no *The Journal of Retailing* incentivando o “consumo forçado” no início da década de 1950. Tais artigos defendiam que os Estados Unidos deviam ter o consumo como modo de vida, que o ritmo de compra e descarte devia ser sempre crescente. Nesse mesmo sentido Annie Leonard em “A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos” aponta que desde essa época passa a ser imposta a ideia de que existe uma

necessidade de que as coisas sejam consumidas, gastas, substituídas e descartadas num ritmo cada vez mais acelerado.

Com isso, temos que os métodos antiquados de venda, baseados na oferta de produtos para atender a uma necessidade evidente de maneira direta, não eram mais eficientes, fazendo com que passasse a ser fundamental novas estratégias que transformassem grande número de norte-americanos em consumidores vorazes, esbanjadores e compulsivos, e estratégias que fornecessem produtos capazes de assegurar tal desperdício. Mesmo onde não estava envolvido desperdício, eram necessárias estratégias adicionais que induzissem o público a consumir sempre em níveis mais altos. Alguns anos mais tarde, após a superação da crise dos anos 1950, a economia norte americana começou a depender cada vez mais do aumento do consumo. Se em algum ano as vendas deixassem de aumentar, haveria uma “depressão por falta de crescimento”. Como consequência dessa lógica econômica, expandiu também a capacidade de produção não aproveitada (PACKARD, 1965).

Nessa época, e diante dessa nova necessidade criada, uma das primeiras medidas adotadas pelas empresas foi conduzir aos consumidores a ideia de que era melhor possuir mais de uma unidade de cada produto, pois até esse momento se desejava suprir todas as necessidades com apenas um exemplar de cada artigo. Como resultado de tal medida, em determinado momento todas as pessoas teriam mais bens do que o necessário, o problema estava prestes a voltar. Assim, apesar de a Segunda Guerra Mundial ter interrompido temporariamente a propagação da obsolescência planejada, esta voltou a ser a estratégia de vendas adotada, de forma a “programar produtos para o lixo” (LEONARD, 2011).

Ainda segundo Packard, um dos importantes desenvolvimentos do período pós-guerra foi o encantamento que inúmeros homens de negócios começaram a sentir pela obsolescência planejada. Para ele, o emprego dessa estratégia para influenciar a forma do produto e o pensamento do consumidor representa a “quintessência do espírito de jogar fora” (PACKARD, 1965, p.49).

De acordo com esta “quintessência do espírito de jogar fora” e com a estratégia de “programar produtos para o lixo”, torna-se mais rápido comprar um produto novo, do que mandar arrumar o velho, às vezes torna-se inclusive mais econômico, deixando-se assim a qualidade do produto em segundo plano. A Sociedade Americana de Qualidade tem um índice que mede anualmente a satisfação dos consumidores. Como exemplo tem-se a HP, que teve uma queda de 9% em 2010 em relação a 1994; e a GE caiu 2,5%

no mesmo período. “Os consumidores procuram novas tecnologias e novos produtos; não há um interesse, no primeiro momento, pela qualidade, e como muitas marcas dão uma garantia, o preço passa a ser um diferencial na hora da compra. A qualidade é sentida depois de cinco anos, e neste caso existem consumidores que privilegiam marcas que garantam um bom uso do produto. Como é o caso da Apple, Palm, BlackBerry, Nokia, Motorola, Samsung e LG que registram aumento de vendas de sua marca no mercado mundial” (Slade, 2006, p.56). Ainda de acordo com o autor, “é quase impossível provar que a maioria das companhias desenvolve seus produtos seguindo essa lógica, mas basta notar como os aparelhos estragam rápido”. (SLADE, 2006, p.57)

A prática do consumismo orientada pela obsolescência planejada dos produtos é descrita por Latouche (2012, p.33) como uma prática cada vez mais corriqueira:

“Com a obsolescência programada, a sociedade do crescimento tem em seu poder a arma absoluta do consumismo. No termo de períodos cada vez mais curtos, os aparelhos e os equipamentos, desde as lâmpadas elétricas aos óculos, deixam de funcionar devido a uma avaria prevista dum dos seus elementos. É impossível encontrar uma peça de substituição ou um técnico que o repare. Ainda que pudéssemos deitar mão a essa ave rara, a reparação acabaria por ser mais cara do que comprar um aparelho novo (pois são atualmente fabricados a preços reduzidos devido às miseráveis condições de trabalho do Sudeste Asiático).”

Dessa forma, tem-se que na sociedade do consumo o papel do consumidor se resume a pedir crédito para comprar objetos que não precisa, pois essa sociedade está dominada por uma lógica de crescimento, que não está voltada para satisfazer as necessidades dos consumidores, mas sim crescer por crescer, de forma infinita e com uma produção sem limites, em que o consumo também deva crescer de forma ilimitada (LATOUCHE, 2012).

Diante do que foi explicado, pode-se observar que a sociedade de massas torna-se uma sociedade sem classes, devido ao fato de que o consumo tem provocado uma mistura cultural. Lipovetsky (2007, in WADA,2011) aponta a existência de uma linha que separa as classes sociais, e elas continuam existindo de forma que os consumidores buscam representação da classe social a que pertencem por meio do consumo. Dessa

forma, a Obsolescência Programada surge como uma estratégia para fomentar a economia em um momento de crise. Sem embargo, esta estratégia se converteu praticamente em um estilo de vida, formando parte de um sistema de exercício contínuo do consumo.

1.4 – TIPOS DE OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Packard faz a distinção entre três diferentes maneiras de se por em prática a obsolescência programada tornando os produtos obsoleto de forma mais rápida e planejada. Esses diferentes modos são realizados principalmente afetando a qualidade e a “desejabilidade” dos produtos.

A primeira forma apontada pelo autor seria a obsolescência de função: onde o produto existente se torna antigo por se introduzir um novo produto no mercado que consegue realizar suas funções de maneira mais eficiente, sendo superior ao produto já existente. Para Saad (2001) esta forma de obsolescência seria a mais benéfica para a sociedade, uma vez que, como é ressaltado por Pavão em seu artigo: “são criados produtos novos que executam melhor a função designada, gerando efetivas contribuições aos demandantes” (PAVÃO 2009) – é o caso, por exemplo, do telefone, que substituiu o telégrafo.

A obsolescência de qualidade, também conhecida como obsolescência técnica, refere-se ao fato de ocorrer um planejamento para que o produto quebre ou gaste-se em tempo previamente estipulado de a não ser muito longo, ou seja, é quando um produto é projetado para quebrar ou ser gasto em um tempo menor do que levaria normalmente, com isso, ocorre a escolha de peças desde o início da produção, programados desde o início para ter certa vida útil, e que a partir disso apresentarão falhas, e o optar pela troca do produto como um todo seja mais vantajosa diante do seu custo de reparo. Tal prática acontece como no caso da lâmpada, em que os produtos são propositalmente fabricados para durarem pouco tempo, incentivando novas compras.

Para Saad (2001), esta obsolescência é susceptível a recriminações e punição do ponto de vista ético.

“A empresa sabe que seu produto vai quebrar em curto período de tempo e não toma nenhum tipo de providência para evitar este desgaste. Algumas vezes esta ação é proposital, colocando no produto

elementos mais fracos que não vão resistir ao que seria a vida útil ideal. Em outros casos é mais difícil localizar a responsabilidade da empresa, pois com um pequeno investimento se poderia aumentar muito a vida útil do produto, o que, por políticas internas da própria empresa, não é feito”. (Saad, 2001, p. 26).

Esse tipo de prática da obsolescência gerada pela perda da qualidade foi uma estratégia usada pela indústria automobilística nas décadas de cinquenta e sessenta, mas que continua sendo utilizada até os dias atuais. Saad afirma que algumas vezes não era utilizado na produção dos automóveis algumas peças especificamente projetadas para o determinado automóvel, e com o passar de um curto intervalo de tempo quebravam ou desgastavam-se, porém, tais peças seriam aquelas que não comprometiam o desempenho do carro para que o automóvel não quebrasse de forma a deixar de funcionar, mas em pouco tempo alguns problemas menores passavam a aparecer, como o surgimento de ruídos da lataria dando a impressão de que o carro estava obsoleto e velho, incentivando sua substituição.

Por último Packard define o tipo de obsolescência de “desejabilidade”, também conhecida como “obsolescência psicológica”, sendo quando um produto ainda em condições de uso e sem apresentar falhas técnicas, mantendo uma boa performance, revela-se, como define Pavão “gasto nos pensamentos das pessoas, devido a um aprimoramento de estilo ou outra modificação que faz com que o mesmo seja menos desejado”. Ou seja, nesse caso o produto não apresenta defeito nem é obsoleto, apenas o entendemos assim, pois há uma mudança na sua aparência. A obsolescência programada se tratava de “instigar no comprador o desejo de possuir algo um pouco mais novo, um pouco melhor e um pouco mais rápido que o necessário” (LEONARD, 2011).

A dificuldade no emprego dessa terceira forma de criação da obsolescência como uma estratégia está em convencer o público de que o estilo é um importante elemento na “desejabilidade” do produto. Uma vez conseguido imputar ao consumidor que o estilo do produto é importante, é possível criar a obsolescência simplesmente ao mudar o produto para outro estilo. Este tipo de obsolescência, mesmo não trazendo melhorias de qualidade ao produto, acaba sendo importante atualmente uma vez que mantêm um mercado consumidor cativo. Este mercado tende à troca de produtos constantemente, tendo que os novos bens tornaram-se mais atrativos, ou seja, é a obsolescência provocada por mudanças na moda, estilos, novas tendências, ocorrem a

partir de um convencimento de que os produtos comprados há algum tempo não são mais úteis, mesmo estando em bom funcionamento. (PACKARD, 1965).

Outro exemplo de obsolescência planejada de “desejabilidade” é a indústria da moda. Para os consumidores dessa indústria, é insignificante que os produtos que possuem se encontrem em perfeitas condições de uso. Nesse caso, a obsolescência programada se configura por meio da manipulação da vontade dos consumidores e do valor que estes conferem aos ativos intangíveis (tais qual o status) relacionados à mercadoria vendida.

1.5 – OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

De acordo com a última versão do relatório “O Estado do Mundo”, publicado pelo “*The Worldwatch Institute*” com versão brasileira confeccionada e divulgada pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente¹, o consumo tem crescido de forma acelerada nos dias atuais. Em 2006, foram gastos US\$ 30,5 trilhões em bens e serviços (em dólares de 2008). Em 1996, US\$ 23,9 trilhões e em 1960 a humanidade consumiu o equivalente a US\$ 4,9 trilhões. No ano de 2008, foi comprado 68 milhões de veículos, 85 milhões de geladeiras, 297 milhões de computadores e 1,2 bilhão de aparelhos celulares.

“É comum um telefone celular ir ao lixo com menos de oito meses de uso ou uma impressora nova durar apenas um ano. Em 2005, mais de 100 milhões de telefones celulares foram descartados nos Estados Unidos. Uma CPU de computador, que nos anos 1990 durava até sete anos, hoje dura dois anos. Telefones celulares, computadores, aparelhos de televisão, câmeras fotográficas caem em desuso e são descartados com uma velocidade assustadora.” (SLADE, 2006, p.56).

Esse consumo desenfreado e gerador de desperdício tem gerado um uso de recursos naturais maiores que a capacidade do planeta em fornecê-los. Ainda segundo o relatório divulgado no site do Instituto Akatu, para produzir tantos bens, é preciso usar cada vez mais recursos naturais, dessa forma, de acordo com a pesquisa mencionada,

¹ <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Akatu-lan%C3%A7a-hoje-relatorio-Estado-do-Mundo-2010>. Acesso em 01/03/2016

entre os anos de 1950 e 2005 a “produção de metais cresceu seis vezes, a de petróleo, oito, e o consumo de gás natural, catorze vezes”. No século passado, “a produção de carvão aumentou seis vezes e a de cobre, vinte e cinco vezes”, além disso, “entre os anos de 1960 e 2000, a produção de plástico aumentou quarenta e uma vezes. Atualmente são extraídas 60 bilhões de toneladas de recursos anualmente, cerca de 50% a mais do que há apenas 30 anos”.

O documentário Espanhol *“The Lightbulb Conspiracy: A história secreta da obsolescência programada”*, produzido em 2011 e dirigido pela escritora/diretora alemã Cosima Dannoritzer. A cineasta percorre vários países para estudar a influência desta prática de obsolescência programada na sociedade, mostrando como este modo de produção e de consumo mudou a relação do indivíduo com o produto, gerou inúmeras consequências ambientais e também propiciou a ascensão de resistências dentro da sociedade contra o consumismo ilimitado.

No documentário de Dannoritzer, Mike Anane, ativista ambiental ganês, denuncia que, há oito ou nove anos, contêineres com computadores, televisores, celulares, chips e outros tipos de equipamentos eletrônicos que ninguém mais quer nos países desenvolvidos, são transportados e despejados em países em subdesenvolvimento, como no país de Mike.

De acordo com a Convenção de Basiléia que trata do controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos, é proibido o envio de resíduos perigosos sem o prévio e explícito consentimento do país receptor. Todavia, para burlar a Convenção, os países emissores como Dinamarca, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, enviam seus resíduos sob o pretexto de ajuda ao país de “Terceiro Mundo”, alegando que estes eletrônicos ainda podem ser reutilizados por se tratarem de produtos de segunda linha. No entanto, no levantamento feito no documentário em questão, mais de 80% dos resíduos eletrônico que chegam a Gana não estão aptos para reutilização e são abandonados em grandes lixões.

Mike Anane apresenta no documentário o leito de um rio em Agbogbloshie, subúrbio da capital Accra, o qual era povoado por várias espécies de peixes, utilizado para pesca, banho, passeios de barco e brincadeiras de crianças. Atualmente o local é um grande depósito a céu aberto de material eletrônico. Adolescentes e crianças expõem-se diariamente à fumaça tóxica produzida pela queima de material plástico no intuito de se obter algum metal precioso que possa ser revendido. Nas palavras do ambientalista ganês, "o país [Gana] tornou-se uma enorme lixeira do mundo".

Zygmunt Bauman reflete sobre a situação:

“Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos; o advento do consumismo augura uma era de ‘obsolescência embutida’ dos bens oferecidos no mercado e assinala um aumento espetacular na indústria da remoção do lixo. Assim, países africanos acabam por arcar com os custos ambientais de um consumismo assoberbado dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A produção de resíduos eletrônicos está diretamente relacionada ao poder econômico: os países que possuem maior renda consomem mais e, conseqüentemente, produzem mais lixo eletrônico.” (BAUMAN, 2008, p. 45).

Serge Latouche expõe complementando sobre o tema:

“Deste modo, montanhas de computadores encontram-se lado a lado com televisores, frigoríficos, máquinas de lavar a louça, leitores de DVD e telemóveis a atravancar caixotes e depósitos de lixo, com diversos riscos de poluição: 150 milhões de computadores são transportados anualmente para as lixeiras do Terceiro Mundo (500 navios por mês para a Nigéria). Essa deplorável situação também se aplica a Gana, que há anos vem recebendo inúmeros contêineres com lixo eletrônico proveniente de outros países.” (LATOUCHE, 2012, p. 33).

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)² informa logo na introdução que a produção de lixo eletrônico mundial cresce a uma taxa de 40 milhões de toneladas por ano (UNEP, 2009, p.1). Segundo o relatório, estima-se que até o ano de 2020 o crescimento da produção de lixo eletrônico pode chegar a 500% na Índia comparando a 2007 (UNEP, 2009, p.49), e a 400% na China e na África do Sul (UNEP, 2009, p.50). Nesse ritmo, se hoje todos vivêssemos como os franceses, “seriam necessário três planetas, e seis para nos equiparmos aos nossos amigos americanos”,

² http://www.estadao.com.br/infograficos/2010/02/doc_ewaste.pdf

constata Latouche (2012, p.39). Uma sociedade de consumo insustentável, uma vez que “a capacidade de regeneração da Terra não acompanha a procura: o homem transforma os seus recursos em lixo mais rapidamente do que a natureza pode transformar lixo em novos recursos” (LATOUCHE, 2012, p. 38).

Em uma parceria da ONU com empresas, governos e ONGs do mundo todo, criou-se uma plataforma online denominada Step (Salving the e-wast problem)³, onde há um “E-Wast World Map” que possibilita a pesquisa de quanto cada país descarta de lixo eletrônico por ano. Com dados de 2014, a plataforma revela que o Brasil descartou em média 7 Kg de resíduos eletrônicos neste ano⁴, ou seja, 1,4 milhão de toneladas. Ainda de acordo com o mapa global de descarte de lixo eletrônico, no ano de 2012 foram descartados aproximadamente 49 milhões de toneladas de lixo eletrônico, o que representa também representa 7 kg por habitante. A pesquisa finaliza com a conclusão de que caso continue esse ritmo de descarte de e-lixo, haverá uma produção de 65,4 milhões de toneladas de lixo eletrônico em 2017, aumentando em 33% na produção de e-lixo e atingindo a marca de 65,4 milhões de toneladas de aparelhos descartados.

1.6 – OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NO SETOR AUTOMOBILÍSTICO

Em 1920, o então presidente da General Motors Alfred Sloan adotou o estilo de “moda visionária” para a indústria automóvel lançando as bases para a GM se tornar a maior fabricante de automóveis do mundo há mais de meio século. Em sua autobiografia, “os meus anos de General Motors”, ele escreveu “As alterações no novo modelo deve ser tão novo e atraente como para criar demanda e uma certa quantidade de insatisfação com os modelos anteriores, em comparação com o novo. ” (SLOAN, 1963, p.168).

Dave Lyon, diretor executivo do projeto global de GM, disse que quase todos os veículos da GM receberem melhorias visuais aproximadamente a cada três anos. As melhorias incluem capôs e para-choques remodelados, juntamente com para-lamas, luzes traseiras, frente e acabamentos interiores. Quanto a mudanças de estilo mais frequentes, Lyon riu: “Nós inventamos isso”.

Alguns números demonstram esta expansão nas vendas de carros com a prática da obsolescência programada de “desejabilidade”: no período de 1950/51 foram

³ <http://www.step-initiative.org/index.php/WorldMap.html>

⁴ http://www.step-initiative.org/Overview_Brazil.html

produzidos 175.974 carros pela Volkswagen Alemã.⁵ Em 1955 foi alcançado o patamar de 1 milhão de unidades produzidas até então, e em 1961 5 milhões.⁶ Nos Estados Unidos foram produzidos 2.648.673 modelos Chevrolet entre 1950-51 e 3.268.083 entre 1955-56.⁷

Por outro lado, testes de veículos realizados pela Mecânica Popular apontaram que: “20,1% das pessoas que compraram carro em 1960 apontavam o mau acabamento como seu principal defeito; 12,8% apontavam queima e vazamento de óleo no motor, enquanto que 8,5% reclamavam de defeitos nos trincos e portas; ou seja, 41,4% de defeitos relacionados ao controle de qualidade deficiente nas fábricas” (RAILTON, 1960, p. 36).

Alguns especialistas refutam a existência da prática da obsolescência programada afirmando que os bens de consumo se tornam ultrapassados numa velocidade muito grande devido ao avanço natural da tecnologia. "Foi o caso dos primeiros computadores fabricados em grande escala. Os modelos 1.86 nem chegaram a existir, pois já estava em produção o modelo 2.86", afirma o doutor em marketing Marcos Cortez Campomar, da USP, por outro lado, Rick Kranz, produtor e editor do site “Automotive News” especialista em carros, aponta em uma reportagem divulgada no site www.autonews.com, em 2013, que no setor automobilístico as modificações precoces em estilo e mecânica são feitas com o objetivo de motivar a troca do carro ainda recentemente.

Além desse caso de obsolescência programada de “desejabilidade”, um editorial publicado em 2013 na revista online www.bestcars.uol.com.br descreve sobre a presença de obsolescência programada no setor automotivo brasileiro⁸. O editorial escrito por Fabrício Samahá afirma que quem comprou durante o ano de 2013 um Honda Civic da nova geração devia estar, na opinião dele, satisfeito, pois se tratava de um carro de boa qualidade. No entanto, “a Honda lançou o modelo 2014 com motor de 2,0 litros para substituir o antigo 1,8 em duas das versões, apenas 12 meses após a chegada do carro às concessionárias”, transformando rapidamente o que era considerado novo em velho.

⁵ SEDGWICK, Michael. Automóviles de los años cincuenta y sesenta. Madrid: Editorial Raíces, 1983. p. 9.

⁶ BURNHAM, Colin. Classic Volkswagens. Londres: Osprey Publishing Limited, 1988. p. 52. (Osprey Colour Series).

⁷ PAGOTTO, Fabio de Cillo. Classic Chevys 1955-57. Revista Collector's Magazine, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 35, 1996.

⁸ <http://bestcars.uol.com.br/bc/informe-se/colunas/editorial/397-obsolencia-programada-seu-carro-novo-ja-velho/>

Além do caso do Honda Civic, Samahá aponta o caso do Ford Fiesta *hatch* importado do México, lançado em outubro de 2011, que em algumas semanas ficou desatualizado com a chegada da versão nacional, fabricada em São Bernardo do Campo, SP, pois havia poucas mudanças no design frontal do carro. Tal artigo assinala que a prática da obsolescência programada também ocorre no mercado de automóveis de luxo: “apenas dois meses se passaram entre o lançamento do Mercedes-Benz C 250 CGI, em março de 2011, e a reforma visual aplicada a todo Classe C em maio”.

No editorial apontado, o autor menciona que um executivo da Fiat declarou à imprensa brasileira que o ritmo de alterações estéticas do Palio, “em geral a cada três anos”, ocorre nessa frequência uma vez que esse é o prazo médio dos financiamentos de veículos no Brasil, “não importando em que momento você comprasse seu Palio, o modelo já seria outro quando sua dívida terminasse”, mesmo se as mudanças fossem apenas um modelo com novos faróis e tecidos de banco.

Em geral as mudanças de um modelo para outro são estimuladas por uma defasagem entre o lançamento da geração, uma reforma visual simples, e uma alteração mecânica importante que poderia ter sido feita naquele primeiro momento. Um exemplo de reforma simples também pode ser apontado no caso do o Fiat Doblò em 2010, tendo apenas ocorrido a troca do motor GM pelo Fiat E-Torq menos de um ano depois de uma atualização estética. A prática da obsolescência planejada no setor automobilístico é tida como normal, podendo ser apontados diversos exemplos: “em 2009 com o Chevrolet Vectra *hatch*, alterado em motor e aparência um ano e meio após ser lançado; em 2005 com a Ford Ranger, que ganhou novo motor a diesel seis meses depois da renovação visual; em 2004 com o Palio, que recebeu motor 1,8 flexível seis meses após uma reestilização; e em 2001 com o Marea, reestilizado na traseira 10 meses depois da adoção do motor de 2,45 litros; e no caso mais condenável, a GM com a Meriva 2004, cujo motor se tornou flexível três semanas após a mudança de ano-modelo”.

1.7 – OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NO BRASIL

O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - associação de consumidores sem fins lucrativos) e a Market Analysis - instituto especializado em pesquisas de opinião fundada em 1997 - divulgaram uma pesquisa contendo informações aprofundadas sobre as percepções e os hábitos dos consumidores brasileiros, com relação ao uso e descarte de aparelhos eletrônicos, ou seja, houve um

levantamento de dados estatísticos para analisar a relação do consumidor com a realidade da obsolescência programada⁹.

Nessa pesquisa foram analisados o consumo dos seguintes produtos: eletrodomésticos (forno de micro-ondas, fogão, geladeira ou freezer e lavadora de roupas), eletrônicos (televisão, DVD e blu-ray), aparelhos digitais (câmera fotográfica, computador e impressora) e celulares¹⁰. A pesquisa ocorreu por meio de entrevista por telefone, onde foram entrevistados 806 homens e mulheres, de 18 a 69 anos, de diferentes classes sociais das seguintes cidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Os depoimentos foram colhidos entre agosto e outubro do ano de 2013, e o número de entrevistas foi proporcional à população de cada capital, sendo que a margem de erro é de 3,5% para mais ou para menos.

A pesquisa aponta que 47% dos entrevistados trocam seus dispositivos eletrônicos mesmo que estes não tenham apresentado alguma falha técnica, porém, tal antecipação ocorre na criação da necessidade imposta às pessoas de que elas devem possuir o modelo mais novo, mesmo que a mudança tecnológica não seja tão aparente aparelhos mais modernos e com tecnologia mais avançada, tendo interferência da obsolescência de “desejabilidade” ou obsolescência psicológica.

“Podemos observar também a obsolescência psicológica quando os consumidores trocam de produtos mesmo que ainda não apresentem defeitos, estimulados pela rápida substituição dos modelos do mercado” (João Paulo Amaral, pesquisador do Idec responsável pela pesquisa).

A pesquisa também aponta que mulheres tendem a trocar produtos por motivos de funcionamento com mais frequência (60% versus 53% da população geral) enquanto os homens costumam fazê-lo a fim de possuírem aparelhos mais modernos (55% versus 47% da população geral), assim como as pessoas pertencentes às classes mais altas (59% versus 46%). Essa polaridade também é observada em diferentes níveis sociais: enquanto a população de classe mais baixa tende a substituir mais facilmente o

⁹ <http://www.idec.org.br/o-idec/sala-de-imprensa/release/mais-da-metade-dos-equipamentos-eletronicos-e-substituida-devido-a-obsolescencia-programada>

¹⁰ http://www.idec.org.br/uploads/testes_pesquisas/pdfs/market_analysis.pdf

equipamento por problemas de funcionamento (66% versus 53%), a população de classe alta o substitui por questões de atualização tecnológica (59% versus 46%).

Além disso, conforme indicado na tabela abaixo, tem-se que o descarte de equipamentos ocorre de maneira diferenciada conforme o produto em questão. No geral, uma parcela bastante restrita descarta efetivamente os aparelhos eletrônicos, com exceção dos eletrônicos que apresenta que 23% dos entrevistados realmente descartou o produto. Aproximadamente 75% doam ou vendem os eletrodomésticos antigos para outra pessoa dando início ao seu reuso.

Quadro 1
Destino dos aparelhos antigos

	Doou ou vendeu	Deixou guardado	Descartou	Foi perdido ou roubado	NS/NR
Eletrodomésticos	74%	5%	15%	-	6%
Digitais	63%	21%	15%	-	1%
Eletroeletrônicos	45%	31%	21%	-	3%
Celular	30%	41%	13%	14%	3%

Fonte: IDEC 2014

Quanto ao descarte do lixo, apenas 1% dos descartes dos celulares são feitos em pontos de coleta específicos, assim como os aparelhos digitais, 2% dos eletroeletrônicos e 5% dos eletrodomésticos.

Em uma rodada de discussões no Rio +20 sobre a produção desses resíduos sólidos (Lixo eletrônico: impactos e transformações - Roda de Conversa Rio+20)¹¹, a especialista do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Andréa Carestada, aponta que há uma correlação entre o aumento do consumo de eletroeletrônicos e o aumento do poder de compra dos brasileiros, segundo ela, a classe média brasileira já alcançou o número de 100 milhões de pessoas. Carestada também admite que há uma diferença entre o poder de aquisição e educação ambiental, faltando consciência quanto à produção de resíduos eletrônicos e ao hábito de consumo.

A pesquisa do IDEC apresenta outro dado que chama atenção: “81% dos entrevistados trocam de celular sem antes levá-lo à assistência técnica para saber se é

¹¹ <http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/inclusao-digital/25238-rio-20-roda-de-conversa-debate-lixo-eletronico-impactos-e-transformacoes>

possível consertá-lo. Quando os aparelhos com problemas são eletrodomésticos (forno de micro-ondas, fogão, geladeira ou freezer e lavadora de roupas), digitais (câmera fotográfica, computador e impressora) e eletrônicos (televisão, DVD e blu-ray), os consumidores tendem a procurar mais a assistência: 77%, 73% e 56%, respectivamente” (IDEC, 2014). Isso ocorre porque muitas vezes a compra de um novo produto ocorre de forma mais rápida e barata, uma vez que em muitos casos o conserto acaba saindo mais caro que o produto novo. “É comum, porém absurdo, considerar que o preço do conserto não vale a pena se comparado ao valor de um aparelho novo e mais moderno. (...). A demora para devolver o produto, a falta de peças e de garantia após o conserto também justificam a não contratação do serviço” afirma Amaral.

Outra pesquisa realizada pela revista “Super Interessante” revelou em sua reportagem “Feito para não durar” de agosto de 2012 ¹² os valores de um produto novo no mercado e o valor para consertar o produto quebrado, considerando as mesmas marcas e modelos de cada produto:

Quadro 2
NEM VALE CONSERTAR:

PRODUTO	VALOR NOVO (R\$)	CONSERTO (R\$)
TORRADEIRA	90,00	Troca de resistência – 120,00
ASPIRADOR DE PÓ	150,00	Troca de motor – 120,00
BATEDEIRA	100,00	Troca de motor – 65,00
LIQUIDIFICADOR	100,00	Troca de motor – 55,00

Fonte: <http://super.abril.com.br/comportamento/feitos-para-nao-durar>

Além disso, a mesma pesquisa apontou que as lâmpadas fluorescentes compactas, segundo seus fabricantes, aguentam de 5 mil horas a 10 mil horas , porém, num teste do Inmetro, 7 em 11 marcas queimaram antes de completas 2 mil horas, enquanto que as incandescentes não passaram de mil horas.

Para Michele Afonso, gerente de análise da Market Analysis, “a ausência de assistências técnicas de determinadas marcas em algumas cidades e a ineficiência das existentes podem justificar a baixa procura pelo serviço” Ainda na pesquisa da Idec é revelado que em 2012, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC),

¹² <http://super.abril.com.br/comportamento/feitos-para-nao-durar>

órgão do Ministério da Justiça, fez um levantamento para verificar a quantidade de assistências técnicas dos cinco maiores fabricantes de celular em todo o país. O resultado, divulgado na edição nº 162 da Revista do Idec, aponta que na maioria dos estados brasileiros, o número de assistências técnicas é muito pequeno; em 13 estados pesquisados, pelo menos uma das principais marcas não possuía nenhum posto, tendo os piores casos nas regiões Norte e Nordeste.

Ainda referente ao estudo da Idec, o mesmo aponta que de todos os produtos analisados, o celular é o aparelho que tem menor duração e possui um ciclo de vida de, em média, menos de três anos e dificilmente ultrapassa cinco anos.

Quadro 3

Tempo de uso de cada equipamento, de acordo com os entrevistados:

Menos de 3 anos		Mais de 10 anos	
Celulares e Smartphones	54%	Lavadora de roupa	33%
Câmera	32%	Fogão	41%
Impressora	27%	Geladeira	49%
Computador	29%	Televisão	34%
Micro-ondas	20%		
DVD ou Blue Ray	30%		

Fonte: IDEC 2014

“O que motiva a troca dos aparelhos, em grande parte, é a obsolescência programada. Um em cada três celulares e eletroeletrônicos é substituído por falta de funcionamento e três em cada dez eletrodomésticos são substituídos por apresentarem defeitos, mesmo estando em funcionamento” (IDEC, 2014).

CONCLUSÃO

A partir dos conceitos expostos nesse capítulo, pode-se depreender que a prática da obsolescência programada é a ação de se produzir uma mercadoria com uma data planejada e antecipada de vencimento, a fim de “aquecer” a economia pelo prisma do consumismo. Além do mais, tal prática é efetuada seja por estímulos qualitativos quanto

pelo fator psicológico da “desejabilidade”, podendo haver alterações na função, alterações técnicas ou simplesmente estímulos à criação da necessidade no consumidor para que este adquira o “novo” produto.

Apesar de não haver um evento preciso sinalizando quando de fato passou a ser utilizada, pode-se considerar que tal prática começou a ser empregada a partir dos anos 1920, com a criação dos mecanismos de produção fordista seguida pela estratégia da General Motors em aderir à venda de “modelos anuais” de automóveis utilizando também novas tecnologias e alguns materiais diferenciados para diminuir os custos da produção.

De fato, com a Grande Depressão vivida nos anos 1930, houve um estímulo maior no cenário econômico para que a obsolescência programada fosse utilizada, em que a baixa durabilidade dos produtos “faria a máquina do consumo girar naturalmente, com empresas produzindo, gente trabalhando e consumindo” (London, 1933 p.2). Dessa forma, a finalidade da criação dessa necessidade de inovar, produzir e crescer passa a ser vista como uma maneira a evitar que a economia deixasse de crescer. Já nos anos 1950, os norte-americanos passam a usar com mais frequência a prática de planejar a obsolescência dos produtos, uma vez que suas empresas se depararam com a falta de grandes inovações nos bens de consumo. Somado a isso, a depressão dos fins dos anos 1950 fez com que os estoques das fábricas aumentassem em grandes proporções, reduzindo a produção. Diante dessa situação, os governantes incentivaram a população a aumentarem seu consumo através da instauração do “*American way of life*”.

Em um cenário de crise somado aos interesses dos produtores capitalistas, observa-se que a obsolescência programada, portanto, torna-se extremamente funcional para os interesses de valorização capitalista. Porém, num segundo momento, o encurtamento da vida útil dos produtos implica numa sobreposição das necessidades curto prazistas das empresas em detrimento das necessidades humanas básicas, da sociedade e do meio ambiente, gerando impactos negativos em que é possível questionar até que ponto a obsolescência programada é benéfica à sociedade e quais são as consequências que essa prática gera.

Capítulo II

A OBSOLESCENCIA PROGRAMADA EM SCHUMPETER

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto da concorrência como processo de busca e seleção de inovações, o objetivo neste capítulo será entender a prática da obsolescência programada na dinâmica capitalista, tendo como referência a obra de Joseph Schumpeter. Ademais, será apresentado o conceito definido pelo autor de “destruição criadora” associado à ideia de ciclos econômicos.

Em síntese, será mostrado também como Schumpeter irá explorar o caráter estratégico da inovação para o sistema capitalista e seu desenvolvimento, em que é fundamental o empresário inovador se esforçar constantemente para lançar novos produtos no mercado, e que os consumidores estejam sempre na busca pelo novo. Tornando os produtos antigos obsoletos de forma mais acelerada por meio da prática da destruição criadora, será dada a sustentação aos novos longos ciclos de acumulação de capital segundo a abordagem deste autor.

2.2 – JOSEPH ALOIS SCHUMPETER E SUA TEORIA

Schumpeter apresenta uma vasta obra tendo contribuído em temas bastante diversificados, como: metodologia, história do pensamento econômico, desenvolvimento, ciclos econômicos, moeda e crédito, sociologia, política e história (CARNEIRO, 2003). A base de seus estudos apontava sempre na direção de sua teoria a agregação de inovações nas empresas.

Abriremos um parêntese aqui para podermos distinguir inovação de invenção, de acordo com a teoria schumpeteriana. Na “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, Schumpeter (1985) afirma que a invenção é a criação de um novo bem que pode ou não ter relevância econômica e ainda ressalta que a invenção só se torna uma inovação se esta for transformada em uma mercadoria ou em uma nova forma de produzir mercadoria, sendo possível sua exploração de forma econômica. Por outro lado, aponta que a inovação são as novas combinações de recursos já existentes a fim de produzir novas mercadorias, ou para produzir de maneira mais eficiente, sendo que também é possível que ocorra para acessar novos mercados. Dando continuidade em sua teoria, a referida obra abrange o que o autor definiria como tipo de inovação, sendo elas:

inovação de produtos; inovação de métodos de produção; inovação de fontes de matéria-prima; exploração de novos mercados; e inovação nas formas de organizar as empresas (SCHUMPETER, 1934).

“Vamos definir inovação mais rigorosamente por meio da função de produção [...]. Essa função descreve a maneira pela qual a quantidade de produtos varia se a quantidade de fatores varia. Se, ao invés da quantidade de fatores, variarmos a forma da função, temos uma inovação. [...] definiremos inovação simplesmente como o estabelecimento de uma nova função de produção. Isso cobre o caso de uma nova mercadoria bem como aqueles de uma nova forma de organização ou uma fusão, ou a abertura de novos mercados”. (SCHUMPETER, 1936, apud RUTTAN, 1959).

Schumpeter iniciou a elaboração de “Teoria do desenvolvimento econômico” em 1907, onde defende que os fenômenos econômicos não poderiam mais ser explicados através da teoria neoclássica, que considerava a tecnologia como uma variável exógena ao processo de desenvolvimento econômico, defendendo que a tecnologia é uma variável endógena uma vez que seus impactos geram diversas mudanças econômicas (LAGRANHA, 2008).

Na sua teoria, Schumpeter defende o desenvolvimento econômico não apenas como um fenômeno que deve ser observado a partir de dentro do seu sistema, das mudanças oriundas da sua própria iniciativa, mas afirma também que o desenvolvimento é:

“[...] é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, [...] Pretenderíamos com isso, dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica”. (SCHUMPETER, 1997, p.67).

O autor ainda complementa que o desenvolvimento é:

“fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais”. (SCHUMPETER, 1985, p. 47-48)

Em outras palavras, o autor em questão defende que a inovação é uma força endógena que caracteriza uma mudança descontínua que é capaz de provocar um afastamento da economia de sua posição de equilíbrio walrasiano, do seu fluxo circular e a interação dos agentes econômicos tende a construir um novo equilíbrio (CARNEIRO, 2003, p. 62).

Ainda segundo Schumpeter, “há um desenvolvimento econômico interno e não uma mera adaptação da vida econômica a dados que mudam.” (Schumpeter, 1997, Pág. 72).

“Para Schumpeter a inovação tecnológica era a grande força promotora do desenvolvimento econômico, pois uma tecnologia anteriormente considerada moderna, tornava-se ultrapassada e obsoleta, sendo substituída por uma outra inovadora, a qual produzia bens mais atrativos aos consumidores e com menores custos as empresas, proporcionando-lhe ganhos de produtividade maiores que poderiam vir a serem reaplicados no sistema econômico vigente” (SOUSA, 2005, p. 127).

Com isso, temos que o autor defende que o “fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico” é a utilização de novas combinações de recursos produtivos, tais como: novos produtos, novos processos de produção, novos mercados, novas fontes de oferta de matéria-prima e novas formas de organização industrial, ou

seja, “fazer coisas de forma diferente”, incorporando novas técnicas produtivas e de gestão à produção de bens. (SCHUMPETER, 1982).

Como já foi explicado no primeiro capítulo, reduzir a vida do produto de certa forma significa encurtar o tempo de “depreciação” do investimento feito com o desenvolvimento e introdução do produto no mercado, com efeitos sobre o lucro. A concorrência promove um dos tipos inovações citados acima, por outro lado os investimentos necessários para efetivar essa inovação devem ter um retorno de forma a o capital investido, como também acumular recursos para dar continuidade ao ciclo inovador. Uma dada inovação pode ocasionar certas vantagens, uma vez que o lançamento de um dado produto acaba por atrair novos consumidores, para manter essa vantagem ocorre um movimento de “defesa”, onde ocorrerá de forma planejada um adiamento do lançamento de novos produtos, porém a pressão da concorrência pode acelerar o lançamento de novos produtos de forma precipitada e encurtar o tempo de vida do produto de forma a gerar prejuízo ao inovador. Nesses casos ocorre a prática da obsolescência planejada pressionada pela concorrência, sendo assim advinda de uma prática concorrencial.

A teoria do ciclo econômico de Schumpeter é fundamental para a ciência econômica contemporânea defendendo que o processo inovador é o agente principal para uma economia sair do seu estado de equilíbrio, alterando suas condições prévias e iniciando um processo de expansão em termos econômicos. Em sua obra, o desenvolvimento capitalista é apresentado como um processo de mudança, movida pelas inovações. (CARNEIRO, 2003, p. 60).

“ [...] a função dos empresários é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produzir nova mercadoria, de produzir uma já existente de maneira nova, de abrir uma nova frente de oferta de materiais, uma nova colocação para produtos existentes, de reorganizar uma indústria e assim por diante”. (SCHUMPETER, 1984, p. 173 apud LAGRANHA 2008, p. 43).

Ao fazer uma análise dos ciclos econômicos, Schumpeter constata que “o crescimento econômico não se produz de maneira uniforme no tempo. Ele se acelera com a introdução de novos produtos e novos processos de produção, pela ação do

empresário inovador” (SOUZA, 2005, p. 134). A economia Schumpeteriana movimenta-se através de ciclos, visto que o surgimento de inovações não é constante, uma vez que dependem dos recursos e técnicas disponíveis. Em outras palavras, o efeito da inovação é essencial para ajustar os novos paradigmas tecno-econômicos que darão sustentação aos novos ciclos de acumulação de capital sendo a inovação a condutora e modeladora desse novo ciclo, e por isso deve ser considerada como um processo cumulativo e articulado, que interage com a invenção e a difusão. Ou seja, sem invenção não há inovação, e sem inovação não pode haver difusão (CONCEIÇÃO, 2000, p.59).

Nessa mesma linha de raciocínio schumpeteriano, Conceição defende que:

“Um dos conceitos centrais na abordagem neo-schumpeteriana é o de inovação tecnológica. Mesmo sendo um dos componentes da trilogia ‘invenção-inovação-difusão’ a que se referia Schumpeter, a inovação tecnológica exerce um efeito maior do que as demais sobre o processo de desenvolvimento econômico. Isto porque ela desencadeia intrinsecamente toda uma série de transformações, que ultrapassam os limites tecnológicos propriamente ditos, difundindo-se em novos processos e produtos e afetando os hábitos e os costumes sociais institucionalizados em toda a sociedade.” (CONCEIÇÃO, 2000, p.58).

Na teoria neo-schumpeteriana a definição de inovação engloba além da questão da difusão de novos produtos ou processos como também aborda as inovações realizadas no âmbito da organização das firmas e da sociedade, considerando os novos hábitos sociais adquiridos pelas pessoas.

Schumpeter mudou o foco de análise da teoria neoclássica que era pelo lado da demanda e passou a analisar o desenvolvimento econômico pelo lado da oferta.

“Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. Quando aparecem mudanças espontâneas e descontínuas no gosto dos consumidores, trata-se de uma questão de súbita mudança dos dados, a qual o homem de

negócios deve enfrentar, por isso é possivelmente um motivo ou uma oportunidade para adaptações de seu comportamento que não sejam graduais, mas não de um outro comportamento em si mesmo”. (SCHUMPETER, 1997, p.68)

Para Schumpeter, a inovação além de ser fundamental para o desenvolvimento, gera mudanças do paradigma sociocultural e altera o padrão de acumulação capitalista e tendo o setor produtivo como agente atuante dessas mudanças, afirmando que as necessidades surgem nos consumidores de forma espontânea e o setor produtivo tem de se adaptar para atender tais mudanças, sendo este setor o inovador e criador de e o consumidor é ensinado a desejar e comprar os produtos ofertados no mercado, aprendendo a querer coisas novas. (NEY, 2005).

Entende-se que, quando uma necessidade é sanada, propicia a inovação tecnológica, então um inovador produto e/ou um inovador processo surge da finalidade de satisfazer uma nova necessidade. A satisfação das necessidades é o objetivo das organizações de forma a fazer com que as inovações sejam ser constantes. Todavia, tais necessidades são provocadas pelo agente inovador e, em parte, pelos próprios consumidores.

“As pessoas que dirigem as empresas de negócios apenas executam o que lhes é prescrito pelas necessidades ou pela demanda e pelos meios e métodos de produção dados. Os indivíduos só têm influência na medida em que são consumidores, na medida em que expressam uma demanda. Nesse sentido, de fato todo individuo participa na direção da produção, não apenas aquele que coube o papel de diretor de um negócio, mas todos, especialmente o trabalhador em sentido mais restrito”. (SCHUMPETER, 1997, p.38)

Dessa forma temos que a satisfação das necessidades possui uma grande importância, mas não é o único fator a motivar o processo de inovação, uma vez que esse processo ocorre pela ótica da oferta e não pela ótica da demanda de forma que os produtores iniciam o processo de inovação culminando na evolução do sistema econômico.

Schumpeter tenta estabelecer a proveniência das inovações, por quem elas são produzidas e como são aderidas à atividade econômica. Como já explicado, elas não têm sua origem da necessidade dos consumidores, pois eles não têm ação efetiva quanto às pesquisas e ao desenvolvimento de novos produtos e processos de produção, sendo que os agentes inovadores se utilizam de algumas técnicas já conhecidas para incorporá-las ao cotidiano dos consumidores. (SOUZA, 2005).

“No entanto as inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança”. (SCHUMPETER, 1997 p. 69)

Ressaltando novamente que mesmo que a destruição criativa seja produtiva para o capitalismo, é necessário que o retorno de tal prática seja maior que o fluxo de renda gerado e o valor presente, a fim de concluir se o investimento em um determinado projeto inovador será viável ou não. Tais considerações são realizadas fundamentalmente baseadas nas expectativas e muitas vezes na busca de uma possível melhoria no processo é que o mesmo requer investimentos consideráveis que nem sempre as empresas incluem em suas prioridades, com isso temos que as dificuldades residem no fato de a prática da destruição criativa estar diretamente ligada à produção de necessidades, ao consumismo e ao desperdício intrínseco à busca do lucro. A produção das mercadorias leva em consideração de forma discrepante substituição do bem e não o reparo de defeitos, fazendo com que haja uma destruição sistemática de riquezas intrínseca ao metabolismo da economia contemporânea (LISBOA, 2000).

2.3 – DESTRUIÇÃO CRIADORA E OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Ao tornar um produto obsoleto num período de tempo menor, há também um encurtamento do tempo de depreciação do investimento feito com o desenvolvimento e introdução, via inovação, do produto no mercado, ocasionando efeitos sobre o lucro. O processo concorrencial entre as empresas gera uma necessidade constante de se buscar inovações, tais inovações, como já explicadas, são consideradas o motor do capitalismo, porém, os investimentos requeridos para tanto devem ter um retorno que permita não só recuperar o que foi investido, mas também acumular para manter a capacidade de inovar. O adiamento planejado do lançamento de novos produtos pode ser uma das ações de “defesa” visando manter por mais tempo o período de vantagens obtidas pela inovação anterior. Em contrapartida, a pressão da concorrência pode tornar necessário o lançamento de novos produtos, levando ao encurtamento do seu tempo de vida. Esse processo requer a disponibilidade de novos produtos prontos para o mercado.

As novas tecnologias, novas fontes de oferta, novos tipos de organização, gera um impulso no instrumento de valorização e acaba por promover o processo de contínua evolução que o capital requer para se valorizar. O processo de “destruição criadora”, faz com que o capitalismo seja um fenômeno mutável, e essa mudança ocorre a partir de dentro de suas próprias estruturas, dessa forma as estruturas existentes dão espaço a novas estruturas, e estas darão lugar a outras novas estruturas (SCHUMPETER, 1984). É sob a dinâmica desse processo de destruição criadora, que as empresas capitalistas concorrem entre si, e essa concorrência é tida como “a poderosa alavanca que, no longo prazo, expande a produção e reduz preços é feita de outro material” (SCHUMPETER, 1984, p.114), não sendo fundamenta em preços, mas sim em inovação.

Schumpeter defende que o capitalismo é um sistema pautado na evolução, onde as empresas inovadoras poderão se expandir e, com isso, poderão com que as firmas que não são inovadoras desapareçam. Ocorrendo o mesmo processo com os produtos, o aparecimento de novos produtos faz com que produtos já existentes no mercado sejam retirados das prateleiras, uma vez que o consumidor é incentivado a buscar sempre o novo. O autor afirma que por esse motivo, “[...] o capitalismo pode ser entendido pela sua própria natureza como uma forma ou método de mudança econômica.” (SCHUMPETER, 1982, p. 48 apud TAVARES, 2004).

Como dito anteriormente, temos que a teoria da inovação de Schumpeter está interligada à teoria do empresário inovador e ao conceito relevante de destruição

criadora, isso significa que tal teoria é constituída de instabilidades no sistema econômico.

CONCLUSÃO

Para o autor apresentado, a mudança econômica da sociedade capitalista deriva de um conjunto de dimensões que estão inter-relacionadas, inclusive aspectos de natureza não produtiva, sendo tanto uma questão de engenharia produtiva quanto questões físicas e sociais. Nesse sentido, a inovação tecnológica deve ser estudada a partir de um contexto dinâmico, em que as dimensões tecnológicas afetam e são afetados por fatores não materiais, cuja definição de inovação não reside apenas nas mudanças tecnológicas.

Schumpeter (1961, p. 109) ainda ressalta que o capitalismo é um processo evolutivo em que as inovações constituem-se no fator central da evolução, tendo nas empresas, principalmente nos oligopólios, os principais agentes de tais transformações. Por sua vez, a necessidade de criação ou aperfeiçoamento de mecanismos de propagação tecnológica não necessariamente resulta na difusão dos processos inovadores. Nesse sentido, Schumpeter admite que a concentração de capital além de ser objetivo é também resultado da dinâmica inovadora.

Em sua obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” edição de 1985, mesmo com o destaque dado da importância da inovação tecnológica pelo prisma da oferta, também indica que existe uma necessidade de criar e ampliar os mercados via destruição criativa. Desse modo o autor compreende a oferta e a demanda como dois fenômenos indissociáveis da evolução capitalista. Assim, uma vez que a inovação e o progresso técnico aumentam a produtividade, se torna imprescindível que haja uma demanda capaz de absorver os frutos da inovação.

Schumpeter (1984), em seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia”, distingue invenções de inovações do empresário e aponta que os empresários inovam através da introdução de novos meios de produção, novos produtos e novas formas de organização. As inovações criadas pelo empreendedor geram a “destruição criativa”, porque tais inovações fazem que os produtos estocados, os equipamentos utilizados, as ideias, tecnologias, habilidades utilizadas até então sejam tidos como velhos, ou seja, tornam-se obsoletos. A questão não é como o capitalismo administra estruturas existentes, e sim como ele cria e destrói. Com isso Schumpeter defende que a destruição

criativa gera progresso e melhora os padrões de vida para todos, inclusive dos trabalhadores. Neste sentido, também é identificado em Schumpeter a relação entre inovação tecnológica e evolução capitalista, como dois aspectos centrais da dinâmica desse sistema.

Ainda que defina o desemprego e a pobreza como males sociais, Schumpeter argumenta que o sucesso do capitalismo gera empresas em que as forças produtivas são altamente desenvolvidas, reduzindo assim o desemprego para níveis aceitáveis. Diante de mudanças de inovação tecnológica no capitalismo competitivo que ocorrem devido a influência externa da concorrência progressiva, as empresas geram, segundo o autor, uma unidade interna que melhora a qualidade e o preço dos produtos. Isso permite com que tais produtos sejam ofertados em grande escala e se tornem acessíveis para os trabalhadores, mesmo que reconheça que a dinâmica do mercado e da introdução de novos produtos sejam acompanhadas de crises econômicas constantes.

Desse modo, a partir deste ponto identificam-se limitações na abordagem schumpeteriana. Em primeiro lugar, aparece superficialmente a problematização da substituição de mercadorias apenas com o objetivo da circulação, fato esse questionador do desenvolvimento tecnológico, já que a suposta nova tecnologia atua como motor da produtividade industrial. Nesse sentido, não haveria inovação na criação do novo, apenas ocorreria um incremento de produtividade.

Em segundo lugar, Schumpeter não considera os impactos negativos ocasionados pelo fato da origem dos principais processos inovadores estarem concentrados em economias desenvolvidas, a exemplo do que ocorre com a renda e a riqueza. Nesse sentido, as economias subdesenvolvidas, se caracterizam como importantes absorvedoras de inovações geradas no exterior, como se o acesso à tecnologia física fosse condição suficiente para a geração de inovações dentro das fronteiras nacionais e ignorando a existência de uma barreira à entrada desses países na participação dessa dinâmica de inovação. Com isso, pode-se afirmar a teoria da inovação em Schumpeter é incompleta ao não considerar questões como “paradigma tecnológico”; “vantagem competitiva”; e paradigma “tecno-econômico”, sendo que tais conceitos exploram uma abordagem dinâmica e interativa do processo de inovação, onde a lógica da “destruição criativa” e seus desdobramentos não geram o mesmo impacto em todos os países ou indústrias.

Por último, pode-se apontar como outro fator limitante do autor a não abordagem dos problemas socioambientais ocasionados pelo consumismo gerado a

partir da obsolescência antecipada dos produtos, cujas necessidades humanas e as questões ambientais são colocadas em último plano em detrimento das necessidades dos inovadores capitalistas.

Capítulo III

A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E MÉSZÁROS

INTRODUÇÃO

Concebendo a intensidade cada vez maior da relação produção-consumo devido à incessante expansão do capital capaz de gerar uma crise estrutural, cujo um dos múltiplos efeitos é produzir uma sociedade altamente alienada, neste capítulo será apresentado a obsolescência programada em Istvan Mészáros. Será apresentado, assim, o conceito de alienação do autor como uma condição de “vendabilidade” do ser humano. Ou seja, as novas necessidades e mercadorias produzidas, sem seguirem nenhuma regra calcada nas necessidades humanas, mas tão somente do capital, tornam as pessoas cada vez mais individualizadas e até egoístas, sendo a análise de tais fatos um elemento central para decifrar a crise da sociedade atual.

Em primeiro lugar, serão explicadas as principais categorias marxistas utilizadas por Mészáros para fundamentar o “sistema sociometabólico do capital”. Em seguida, será desenvolvida esta própria categoria e suas implicações para a obsolescência programada. Por fim, será mostrada a crise ocorrida pela superprodução nos anos 1970 e o seu desdobramento contemporâneo na “lógica destrutiva do capital”. De modo a mostrar as origens desta crise e as consequências potencializadoras da destruição e da precarização do trabalhador, será salientado o contexto da exploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.

3.1 – PREMISSAS DE MARX EM MÉSZÁROS

A partir de em Marx, em sua obra “O Capital” (1975) Mészáros (2002) adota a ideia de metabolismo em sua análise da sociedade humana, apresentando o capital como um sistema historicamente específico de reprodução sociometabólica. Marx (1975) defende a existência metabólica entre sociedade e natureza, de forma que essa interação é expressa pelo trabalho humano, a partir dessa tese, Mészáros aponta que o sistema de sociometabolismo é uma estrutura organizacional e de controle constituída pelo tripé capital, trabalho e Estado, de forma que o capital possui como característica fundamental a divisão hierárquica do trabalho, de forma a submeter suas funções fundamentais ao capital.

Para Marx, o trabalho, em sua forma concreta, é uma necessidade que não pode ser eliminada da sociedade humana, uma vez que não existiria sociedade se este fosse eliminado. O trabalho é a transformação da natureza em meios de subsistência ou de produção, sendo indispensável a qualquer reprodução social. Por outro lado, a força de trabalho é a capacidade dos trabalhadores produzirem riqueza material, é o trabalho sob forma de mercadoria, sendo a mais importante força produtiva para Marx. Com base nessa teoria, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2006, p. 53) assinalam que:

[...] todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. ”
(MARX&ENGELS, 2006, p53).

Em sua obra há a distinção e uma inter-relação entre trabalho útil-concreto, também denominado como “trabalho vivo”, sendo aquele que produz o produto vital para a produção e reprodução humana; e o trabalho abstrato, ou “trabalho morto”, que é o trabalho contido nas mercadorias, tendo como principal finalidade a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital.

“A mercadoria apareceu-nos, originalmente, como duas coisas: valor de uso e valor de troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valor de uso. Fui quem, primeiro, demonstrou criticamente essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria”. (MARX, 1962, v.23, livro I, p.56).

Numa carta a Engels, em 08 de janeiro de 1868, enfatiza:

“Uma coisa simples escapou aos economistas sem exceção, é que, se a mercadoria tem o duplo caráter de valor de uso e de valor de troca, o trabalho apresentado na mercadoria deve possuir também duplo caráter (...). Este é na realidade todo o segredo da concepção crítica”. (MARX, 1965, v. 32, p. 11).

Marx complementa tal concepção na seguinte afirmação:

“A análise da mercadoria com base no trabalho é ambígua e incompleta em todos os economistas. Na análise da mercadoria o meu texto não se limita ao duplo modo em que ela se apresenta, mas se vai adiante imediatamente até que, nesse ser duplo da mercadoria, se apresenta o caráter duplo do trabalho, por um lado de que é produto: o trabalho útil, os modos concretos dos trabalhos, que criam valores de uso das mercadorias, e por outro lado o trabalho abstrato, o trabalho enquanto gasto de força de trabalho, qualquer que seja a forma ‘útil’ pela qual ela é gasta, se calcula como trabalho socialmente necessário no valor de troca.[...] Os economistas, incorrem [...] continuamente em contradições e ambiguidades porque não desenvolveram a análise das mercadorias com base no trabalho na sua forma dupla.” (MARX, 1965, v. 31, p. 59 e 61).

Enquanto o trabalho concreto é qualitativo e cria os valores de uso necessários ao ser humano, para satisfazer socialmente as suas necessidades físicas e espirituais (trabalho útil), o trabalho abstrato é quantitativo, tendo como função produzir mais-valia (valor excedente) para o capital. Para que haja valores de uso é necessário que tenha a substância material, oferecida pela natureza, e o trabalho, utilizado pelo homem para transformar a natureza e satisfazer as suas necessidades. Dessa forma Marx afirma que o homem se apropria dos recursos da natureza pelo trabalho, dando-lhes forma útil à sua vida e, por atuar sobre a natureza externa e inorgânica, ele também acaba por modificar a si mesmo.

Por outro lado, o trabalho abstrato, definido por criar valores de troca, reflete os princípios de uma formação social, sendo parte da sociedade onde tudo quanto é possível é transformado em produto vendável, ou seja, é parte de uma sociedade

capitalista. Conforme Mészáros: *“Trata-se de uma forma de sociabilidade marcada pela subordinação do homem aos preceitos apriorísticos alienantes da vendabilidade universal”*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 889).

Como mencionado, inicialmente, a mercadoria possui determinadas propriedades realizadas a fim de satisfazer as necessidades do homem, ou seja, “as peculiaridades físicas de uma mercadoria definem seu valor de uso” (CARCANHOLO, 1998, p.24), no entanto, para Marx, não há relação entre valor de uso com a quantidade de trabalho necessário para a apropriação das qualidades úteis de uma mercadoria. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias outras mercadorias (de comprar outras mercadorias), sendo essa característica denominada de valor de troca. “Logo, mercadorias eram valores, onde o trabalho humano está contido” (CARCANHOLO, 1998, p. 11).

Dessa forma, a mercadoria também é considerada como uma riqueza mercantil, possuindo ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, e caso deixe de ter alguma dessas características, deixará de ser mercadoria.

“Qualquer produto que tenha a capacidade de satisfazer necessidades, mas não tenha a propriedade de ser trocado por outro, não pode ser levado ao mercado para a troca, não é um elemento constitutivo de uma economia mercantil, embora até possa coexistir com ela. Da mesma forma não se pode pensar em um produto que não tenha valor de uso e possua valor de troca, já que nenhum produtor desejará comprar, pagando por isso algo correspondente a um valor de troca, se a mercadoria em questão não satisfizer suas necessidades, isto é, sem reconhecer na mercadoria alheia um valor de uso. Com isso tem-se que o valor de uso se trata de uma pré-condição para a troca e desta maneira pode-se definir a mercadoria como a unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca”. (CARCANHOLO, 1998, p.2).

Resumindo temos que o valor de troca das mercadorias “tem sua determinação histórica mercantil”, enquanto que o valor de uso é uma propriedade da riqueza que não tem relação com sua forma histórica, independentemente do modo de produção o homem produzirá riqueza com o objetivo de satisfazer suas necessidades. Marx afirma

que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (1988, vol.I, p.46).

O valor de troca de uma mercadoria é definido pela sua relação com outra mercadoria, sendo um valor relativo e, devido a essa relatividade, ela “muda constantemente no tempo e no espaço.” (Marx, 1988, vol.I, p. 46). Para Marx, a produção de valores de uso é insuperável, uma vez que na sociedade capitalista não se considera se tais valores serão produzidos com a finalidade a sobrevivência do homem, dessa forma, muitas vezes a mercadoria é criada para satisfazer uma necessidade da “fantasia” (MARX, 1988).

Como mencionado por Mészáros (2007, p. 41), o valor de uso só terá o “direito à existência se estiver em conformidade com os imperativos apriorísticos do valor de troca”. Em outras palavras: “O capital define ‘útil’ e ‘inutilidade’ em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca” (MÉSZÁROS, 2002, p. 660-661). Dessa forma temos que justamente a mercadoria ter alguma utilidade adquirida socialmente que possuem a capacidade de se transformar em valores de troca para o capitalista.

A constatação de que na sociedade capitalista tudo aparece na forma de mercadoria está logo na primeira frase de O Capital: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988, p. 45). Com base nessa afirmativa, ocorre uma vendabilidade universal e a mercantilização de tudo quanto for possível. Tal processo produtivo de alienação da sociedade faz Mészáros refletir a situação da sociedade na condição de alienados a partir da discussão elaborada por Karl Marx:

“[...] é isto que Marx quer dizer – numa sociedade alienada o processo de redução em si mesmo, já que é “inconscientemente” determinado por uma série de necessidades alienadas, está destinado a produzir maior alienação: a sujeição do homem a instrumentos cada vez mais poderosos de sua própria criação.” (MÉSZÁROS, p. 98, 2006).

A partir da formação social sob o comando do capital, pela ótica da produção material, a produção e o consumo conquistam uma existência independente

problemática, de tal modo que o consumismo manipulado (MÉSZÁROS, 2002) convive com a ausência de atendimento das necessidades básicas do ser humano, ou seja, se desconsidera o valor de uso da mercadoria como meio para satisfazer socialmente as necessidades físicas e espirituais do ser humano. *Dessa forma, o autor afirma: “existindo um impulso de incontrollabilidade na lógica de seu metabolismo, a despeito de sua insolente irracionalidade, a reprodução ampliada continua, tanto quanto antes, a ter sentido do ponto de vista do próprio capital” (MÉSZÁROS, p. 940).*

3.3 – O SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL EM MÉSZÁROS

Dando continuidade no estudo do sociometabolismo do capital a partir do trabalho e do valor das mercadorias, na obra “Para além do capital”, o filósofo húngaro defende a ideia de que a alienação do trabalho é considerada o conceito fundamental do que ele denomina como sistema de metabolismo social do capital, que seria responsável pela divisão hierárquica e social do trabalho e que comete a subordinação do trabalho ao capital.

Caio Sgarbi Antunes, faz uma rigorosa recuperação analítica da obra de Mézáros em sua dissertação de mestrado “Trabalho, alienação e emancipação: a educação em Mézáros”, apontando que para o filósofo húngaro:

“[...] tanto pelo fato de ser o trabalho alienado o principal alicerce de sustentação do sistema do capital como também toda a possibilidade de emancipação humana deve necessariamente se dirigir, por meio de superação do estado de alienação historicamente posto, ao trabalho como atividade humana criadora – e, por isso, livre -, ou seja, devem dirigir-se as mediações de primeira ordem” (ANTUNES, 2010, p.42).

Ou seja, Mézáros, a partir dos pressupostos de Marx, entende que o trabalho adquire a forma de trabalho alienado na medida em que figura a dimensão negativa presente no processo de produção do capital, dimensão essa que o produto do capital não pertence ao seu criador. Tal sistema sociometabólico é pautado não pela prevalência do trabalho concreto, mas pela vigência dominante do trabalho abstrato.

De acordo com Mészáros (2006), a manutenção do valor de uso da mercadoria é afetada pela introdução de elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico, Mészáros ainda defende que desde o início do sistema capitalista ocorre uma subordinação das necessidades humanas aos imperativos da valorização do capital e à reprodução do valor de troca, sendo essa sua característica marcante. Dessa forma, para a produção do capital ser em razão da necessidade humanidade seria necessário separar valor de uso e valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo. Porém, como o capital constrói uma estrutura onde a “ordem mandatória” ocorre no sentido vertical, tendo uma divisão hierárquica do trabalho alienado voltado para a valorização do valor, o trabalho fica submetido ao capital, havendo uma separação entre aqueles que controlam o capital e aqueles que produzem.

Em síntese, o trabalho não se reconhece em seu produto, se fetichiza no próprio processo de trabalho e, além disso, o ser social que trabalha não se reconhece como indivíduo em seu próprio ato produtivo. Dessa forma, o sistema de metabolismo social do capital apresenta as relações sociais existentes como sendo expressão de objetos ‘coisificados’: *“não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”*. (MARX, 1971, p.71)

O sistema de metabolismo social, de acordo com o autor analisado, possui um núcleo central formado pelo tripé do capital, trabalho e Estado, sendo que estes três componentes interajam materialmente entre si, o que faz com que seja impossível superá-los sem a eliminação do conjunto dos três elementos deste sistema.

A experiência soviética no pós 1989 demonstrou como foi impossível destruir o Estado e o capital preservando os elementos básicos que constituem a divisão hierárquica fundada no trabalho alienado (MÉSZÁROS, 2007). Mészáros aponta que o desafio para a superação de fato da alienação do trabalho implica em acabar com o tripé em sua totalidade, tripé este que inclui seu pilar fundamental que é dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, que subordina o trabalho ao capital. Caso não seja eliminado tal tripé, o sistema de metabolismo social do capital fundado no trabalho alienado será restaurado. Para o filósofo:

“O que define o sistema do capital em todas as suas formas históricas não é a propriedade privada dos meios de produção nem o controle do Estado pelos capitalistas; não é a existência de uma economia de

mercado nem a motivação do lucro como força reguladora da produção; não é a extração economicamente compulsória da mais-valia nem sua apropriação privada, o sistema global do capital não está restrito à sua variedade capitalista privada. Ele abrange suas variedades pós-capitalistas, baseadas na estatização dos meios de produção, no controle estatal do processo global de produção e reprodução social e na extração politicamente motivada ou imposta da mais-valia, assim como todas as formas da sociabilidade caracterizadas pela mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado”. (MÉSZÁROS, 2006, p129-130).

No livro “Para Além do Capital”, Mészáros considera capital e capitalismo como dois fenômenos diferentes. Por um lado, o capital, ao mesmo tempo que antecede ao capitalismo, é também posterior ao capitalismo. Enquanto que o capitalismo é definido pelo autor como uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, de acordo com que Mészáros denomina “sistema de capital pós-capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 781). O autor aponta ainda que tal fato ocorreu na antiga URSS e outros países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Para ele, tais países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema sociometabólico do capital, visto que manteve pelo menos um dos pilares fundamentais do tripé que sustenta tal sistema, uma vez que:

“As revoluções socialistas que eclodiram no século XX e tiveram de se desenvolver sob condições e circunstâncias mais adversas, porque não foram capazes de suprimir a relação antagônica entre o processo de trabalho e as condições objetivadas e alienadas de seu comando, não puderam romper com as determinações estruturais do sociometabolismo do capital. [...]. Ao fim, demonstrou cabalmente em que medida submeter a propriedade dos meios sociais de produção e as posses materiais dos capitalistas ao controle da estatal não significa, de modo algum, a total erradicação do capital como

comando sobre o trabalho. Para isso seria necessário superar de forma irreversível, a objetivação alienada do trabalho sob todos os seus aspectos, sobretudo no que diz respeito à necessária dissolução do Estado como estrutura de comando separada e acima dos indivíduos.” (MÉSZÁROS, 2006, p.131 e 133).

Mészáros mostra como essa lógica incontrolável torna o sistema do capital essencialmente destrutivo. Essa tendência, que se exacerbou no capitalismo contemporâneo, incentiva o autor a desenvolver a tese da taxa de utilização decrescente do valor de uso dos produtos, que é utilizada como solução para a produção ampliada através da reprodução do desperdício, organizando uma produção destrutiva e sem controle, perdulária, como por exemplo: a produção de objetos descartáveis e de luxo. A prática de inutilizar prematuramente um objeto ou de torná-lo um artigo de luxo é positiva para o capital, pois uma vez que o capital consegue converter a mercadoria em dinheiro, completando seu circuito de realização, o consumo de fato da mercadoria deixa de ter importância no sistema capitalista, bem como se a mercadoria será ou não utilizada ou se será precocemente descartada ou destruída, também não se leva em consideração quais são as consequências e as implicações desse tipo de produção (PANIAGO, 2007).

Como mencionado, o capital não trata valor de uso e valor de troca como separados, mas de um modo que subordina plenamente o primeiro ao último. Dessa forma uma mercadoria pode variar de um ponto a outro, pode ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até jamais ser usada, no outro extremo, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva. E esta tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir sua vida útil e agilizar o ciclo reprodutivo, tem se constituído num dos principais mecanismos pelo qual o capital vem atingindo seu crescimento ao longo da história.

Além disso, quanto mais aumentam a competitividade e concorrência intercapitais, maiores são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica subordinada aos limites do capital e do sistema produtor de mercadorias.

“Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, crônica e permanente, sem a possibilidade resolução de sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade, ou seja, o sistema de sociometabolismo do capital volta-se completamente para o cego atendimento da acumulação de riqueza, materializando-se como um modo de produção incontrolável, no preciso sentido de que não há limites para sua expansão.” (MÉSZÁROS, p. 16, 2006).

Mészáros observa que o capital possui grandes defeitos e problemas estruturais que acentuam a degradação socioambiental, podendo culminar na extinção da espécie humana e do próprio planeta, com isso, o autor afirma que o princípio predatório da sociedade capitalista e seu metabolismo são: a dimensão expansionista, a incontrolabilidade do capital e sua lógica destrutiva.

Para o autor o sistema do capital não é um mecanismo racionalmente controlável. Para ele, o capital impõe uma forma própria de intercâmbio produtivo entre os humanos e a natureza, onde a lógica do capital se sobrepõe a tudo, inclusive ao sistema de saúde, à educação, à produção ou ao meio ambiente e tendo o valor de troca como medida universal, uma vez que há uma tentativa de maximizar o lucro por parte dos capitalistas. Devido a isso, tal sistema deve ser constantemente renovado, revolucionando suas relações de produção, apropriando-se livremente da natureza e subsumindo o mundo ao processo de acumulação.

Uma vez que o sistema sociometabólico do capital enaltece o valor de troca e não considera o valor de uso das mercadorias, a equação de valor universal domina, fazendo com que a riqueza pública seja explorada e reduzida de forma a aumentar a riqueza privada. Mészáros aponta que o esforço para expandir a produção capitalista é assegurado pelas várias modalidades de destruição, onde o consumo e a destruição são equivalentes funcionais, uma vez que as forças destrutivas e do desperdício sustentam o próprio sistema.

“Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que este não pode separar avanço de destruição, nem progresso de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto

mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais se tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de economia é radicalmente incompatível com a economia da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os limitados recursos do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. Ironicamente, porém, mais uma vez, o sistema entra em colapso no momento de seu supremo poder; pois sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e controle consciente, com os quais a produção do capital é estruturalmente incompatível”. (MÉSZÁROS, p. 1010, 2011).

Por fim, Mézáros tenta desenvolver o porquê do capital não ser mais capaz de encontrar soluções duradouras para seus próprios problemas, e exerce um esforço em desvendar, nas contradições inscritas no próprio desenvolvimento capitalista os requisitos, as condições e os desafios para ir além do capital.

3.4 – CRISES DE SUPERPRODUÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A teoria marxista (MARX, 1975, p. 269-341) defende que a combinação da concorrência capitalista, que obriga cada capitalista a superar seus concorrentes introduzindo meios de produção tecnologicamente mais avançados de forma a permitir a redução dos custos de produção e incrementar os lucros; do desenvolvimento das forças produtivas, que necessita de investimentos diretos e indiretos cada vez mais caros, acelerando dessa forma o processo de obsolescência do capital fixo e da taxa de rotação do capital constante; e a predisposição do capitalista a economizar a maior quantidade possível de capital variável, substituindo-o por capital constante, faz com que haja uma tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, da relação entre o valor - quantidade de trabalho social – utilizado na produção de meios de produção, matérias-primas e outros objetos de trabalho – capital constante – e o valor utilizado para a reprodução da força de trabalho empregada no processo de produção –

capital variável. Também definido por Marx como a relação entre “trabalho morto” (máquinas, edifícios, etc.) e o “trabalho vivo” (os operários).

A fim de afirmar a teoria de Marx, Ernest Mendel fez uma defesa consistente de tais posições:

“Segundo Marx, o progresso técnico é induzido pelo imperativo da concorrência, ela está constante sob pressão para economizar custos de produção, cujo resultado microeconômico não pode ser distinto dos resultados macroeconômicos. Uma redução dos custos que não provocasse uma elevação da composição orgânica do capital pressuporia que o trabalho vivo pudesse substituir de maneira rentável uma maquinaria cada vez mais complexa, ou então, pressuporia que o setor I pudesse produzir uma moderna maquinaria que economizasse trabalho e valor sem que aumentasse o valor intrínseco dessas complexas máquinas, ou, por último, pressuporia uma diminuição do valor dos novos materiais superior ao decréscimo dos bens salariais. Entretanto, isto requeria um crescimento da produtividade do trabalho no setor I maior que o da economia em seu conjunto. Como sabemos que um novo equipamento deverá ser construído com a maquinaria e técnicas previamente existentes e, portanto, seu valor estará determinado pela produtividade presente do trabalho e não pela produtividade futura que ele contribui para incrementar, e como sabemos também que tal equipamento não pode ser produzido em massa nos períodos iniciais, o suposto acima não é realista a longo prazo. Por conseguinte, a redução do custo unitário tenderá, a longo prazo, a economizar os custos de mão de obra. Assim, a longo prazo, a redução dos custos estará sempre acompanhada por uma diminuição relativa da participação dos custos salariais no valor das mercadorias e, conseqüentemente, também pela diminuição relativa do componente variável no capital total” (Ernest Mendel, Late capitalism, Londres, New Left Books, 1975, p.203.)

Para Marx, a origem da crise do capital é a tendência decrescente da taxa de lucro, que é resultado da própria expansão das forças produtivas que acirra as

contradições entre o capital e o trabalho, fazendo que o sociometabolismo do capital não consiga superar as causas dos problemas que comprometem sua reprodução. A existência de crises são elementos iminentes do sistema capitalista e de seu sistema de reprodução. Uma das características de tais crises, como apontado por Marx, é que elas não são resultado da escassez, sendo, no entanto, caracterizadas exatamente por ser o resultado da superprodução (MARX, 1982). Ou seja, as crises ocorrem em razão do excesso da criação de “massas de valor” a fim de se criar mais-valia quando olhado pelo prisma da superprodução do capital ou, olhando pelo prisma das mercadorias, as crises são ocasionadas pela “superprodução de mercadorias destinadas à reprodução” (MARX, 1982). Uma vez que a produção é feita em demasia e visa somente o lucro, a produção ocorre segundo a “lei geral da produção de capital” (MARX, 1982), tal lei rege a produção capitalista de acordo com suas forças produtivas, ou seja:

“Segundo a possibilidade de explorar a maior quantidade possível de trabalho com dada quantidade de capital sem atender à limitação do mercado nem às necessidades solventes suscetíveis de pagamento, levando a cabo a reversão constante da renda em capital, enquanto que, por outro lado, a massa de produtores se limita e tem necessariamente que se limitar, segundo as bases da produção capitalista, à media marcada pelas necessidades”. (MARX, 1982, p. 67).

O grande problema da crise atual, iniciada desde os anos de 1970 como defende Mészáros (2009, p. 75), é a incapacidade do capital de superar inteiramente seus efeitos. Diferentemente do que defendeu Marx (1975), para o filósofo húngaro a crise atual não possui mais os intervalos cíclicos apontados por Marx em “O Capital” (1975), onde ocorriam intervalos entre expansão e recessão. Marx (1975) defende que as crises são inerentes ao sistema capitalista, uma vez que resultam das contradições internas do sistema advinda das suas relações de produção e, atuando ao mesmo tempo como motor do próprio sistema, defendendo ser inerente ao capitalismo a superação dessas barreiras uma vez que tal sistema sempre busca sua expansão. Por outro lado, Mészáro (2009) defende que no mundo contemporâneo, a produção, tendo como base a crise estrutural, passa a ser o modo decisivo de reprodução do sistema do capital e a acumulação destrutiva sua forma de interação com a sociedade. O autor ainda afirma que as crises

do sistema capitalista são administradas de acordo com a estratégia de deslocar tais contradições no tempo, ou seja, procura-se empurrar as dificuldades para frente, atuando sobre os efeitos dos problemas e não sobre suas causas.

A crise em que vivemos hoje teve um grande período de gestação, entre 1968 e 2007, período esse que se desenvolveu uma crise crônica de superprodução. Tal crise ganhou grande impulso com a expansão financeiro-militar - centrada nos Estados Unidos -, com a integração periférica de mão de obra industrial barata, a depredação acelerada dos recursos naturais e com a pilhagem financeira de diversos países subdesenvolvidos.

Desde a segunda metade dos anos de 1970, as taxas de crescimento do PIB mundial se movimentaram com irregularidades em torno de uma linha descendente e por outro lado, a especulação financeira se expandiu a largo ritmo. A inovação tecnológica que até esse momento se mostrava como pilar essencial da expansão produtiva e tinha como esse seu principal objetivo, transformou-se na base técnica da hipertrofia parasitária tanto militar quanto consumista e financeira.

A cada depressão o capitalismo se recompunha, porém, eram acumuladas de forma disfarçada massas crescentes deste parasitismo, dessa forma, surgiu a ideia de que o capitalismo, ao contrário das outras civilizações, não acumulava tais parasitismos, e sim forças produtivas que, ao expandir-se, criavam problemas de adaptação superáveis no interior do sistema mundial, resolvidos por meio de processos de destruição criadora.

O militarismo, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, gerou o complexo industrial-militar, em que inicialmente era tido como um privilegiado das estratégias imperialistas e como forma de reativar o sistema sociometabólico do capital. Porém não se considerou ao se dar tal responsabilidade ao complexo industrial-militar que, quando ele é utilizado simplesmente a serviço da reprodução do sistema, não se produz bens com valores de uso em si, uma vez que tal produção é fadada à destruição (como por exemplo, a produção de bombas e artigos bélicos que só podem ser utilizadas uma vez, e quando utilizadas causam mais destruição), dessa forma acaba por ocultar o consumo improdutivo gerado por tal complexo.

Para Mészáros, a partir do momento que a “expansão da periferia da circulação e o crescimento do valor de uso correspondente às necessidades humanas não são mais requisitos necessários da reprodução ampliada” (2006, p.118), surgiu o complexo industrial-militar como meio mais eficiente de o capital “romper o nó górdio de como combinar máxima expansão possível com a taxa de utilização crescente mínima” (2006,

p.118). O complexo industrial-militar se apresentou como meio mais eficiente para a produção capitalista solucionar o problema da superprodução sem os riscos de sua crise, uma vez que o sociometabolismo do capital não conseguia diferenciar consumo de destruição, por outro lado, o próprio complexo industrial-militar reforça essa incapacidade de diferenciação do capitalismo. Para o autor, tal complexo foi a mais poderosa via encontrada para deslocar as crises decorrentes das desconexões entre produção e consumos, principalmente a partir da crise de 1929, como acabou por ser comprovada com a expansão econômica do pós-guerra.¹³

O processo depredador do capitalismo, chamado pelo autor de parasitário, sustenta a dinâmica do desenvolvimento do sistema pautado por uma sucessão de crises de superprodução, gerando uma crise prolongada de subprodução. Uma análise incorreta pode gerar a conclusão que tais crises são causadas por fatores exógenos ao sistema sociometabólico do capital, como perturbações climáticas e escassez de recursos energéticos que bloqueiam ou fazem retroceder o desenvolvimento das forças produtivas, mas uma análise mais profunda nos faz entender que tais problemas são consequências, e não causas das tais crises, ou seja, são resultados da dinâmica depredadora do capital.

Assim, uma vez que a causa procedente da crise é o próprio sistema capitalista, se torna inviável solucioná-lo, uma vez que para resolver o problema das crises teria que eliminar o próprio sistema, dessa forma o capital desloca os problemas para outras esferas, visto que a solução encontrada para driblar tais problemas tem sido fundamentalmente a produção destrutiva. Nesta linha de raciocínio, a reprodução do capital impõe sobre a humanidade um processo de auto reprodução expansionista baseado na descartabilidade, no consumo do supérfluo, na precarização das relações de trabalho e no crescimento do desemprego crônico, (MÉSZÁROS, 2002). Como a produção capitalista não existe para atender as demandas e necessidades legitimamente humanas, mas aquelas artificialmente impostas pelo capital, Mészáros afirma:

¹³ Nos meados dos anos 2000, o “complexo industrial-militar norte-americano gastou em termos reais mais de um bilhão de dólares, de acordo com a soma do gasto do Departamento de Defesa com os gastos militares de outras áreas da Administração Pública” (Chalmers Johnson, “Going Bankrupt: The US’s Greatest Threat”, Asia Times 24-01-2008). Contribuindo para o déficit fiscal e para o endividamento do país. Nas palavras de Scott B. MacDonald, no artigo “End of de Guns and Butter Economy” publicado no Asia Times em 31_10_2007, a época do keynesianismo militar como eficaz estratégia anticrise havia ficado no passado.

“Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 73).

Neste contexto, qualquer tentativa de reversão séria de sua lógica destrutiva e expansiva culminaria em uma grave falência de todo o sistema. A destruição do meio ambiente e a produção desperdiçadora assumem uma posição necessária para o capital, ainda que trazendo consequências para a humanidade.

Além disso, em tempos de crise estrutural, o mecanismo de auto reprodução do capital, intensifica seu caráter essencialmente desperdiçador, perigoso, indesejado e principalmente destrutivo. Este processo que é alienado para os homens, é rigorosamente coerente e necessário para o capital. A contradição básica do sistema é que ele não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício (MÉSZÁROS, 2009), ainda que o resultado desse processo seja extremamente perigoso para o ser humano. A obsolescência programada e a redução na taxa de utilidade das mercadorias se tornam uma das saídas do capital.

“[...] o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade. [...] Quanto mais qualidade as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter.” (ANTUNES, 2004, p. 51).

A lógica destrutiva está extremamente alinhada com as necessidades de tentar driblar as restrições ocasionadas pela demanda retraída, típica dos períodos de crise, e por se tratar de um colapso de característica contínua, tal situação tende, também, a manter-se duradoura enquanto vigorar este modo de produção mercantil. A crise estrutural levaria o capital a sua própria aniquilação, como consequência de seu metabolismo irracional e destrutivo. Na atualidade, os aspectos de destruição do planeta, da construção contínua de um arsenal destinado à aniquilação dos seres vivos, em contradição com a ausência do atendimento a diversas necessidades básicas, é uma perversa realidade (MÉSZÁROS, 2002). Como esta sociedade permanece volta sua

atenção para as mercadorias e não aos seres humanos, a guerra, a fome e a destruição das bases materiais de vida humana se tornaram “naturais” nessa sociedade em que o capital e a burguesia dominam.

“[...] a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões de desperdiçados.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Tal argumentação explica que assim, que qualquer tentativa de reverter a tendência destrutiva do sistema metabólico do capital em tempos de crise estrutural colide com os requisitos de manutenção orgânica do próprio sistema. Por um longo período de tempo as evoluções tecnológicas foram tidas como soluções definitivas para as crises do sistema capitalista, porque durante muito tempo incrementaram a produtividade industrial e agrária. No entanto tal opção possui seu lado negativo, visto que as evoluções tecnológicas acabaram por bloquear o desenvolvimento uma vez que estavam baseadas na depredação ambiental e por gerarem um crescimento exponencial de massas superexploradas e marginalizadas.

Mészáros afirma que:

“[...] a tecnologia e a ciência não estão voltadas para reverter a tendência destrutiva presente no capitalismo, e de forma contrária a esse objetivo, assumiu o papel de auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição” (MÉSZÁROS, 2004, p. 299).

Uma vez que se tem um desalinhamento entre a produção genuína e a autorreprodução do capital, como uma demanda artificialmente imposta, a ciência e o desenvolvimento tecnológico encontram-se firmemente incapacitados de oferecer soluções técnicas e operacionais para a manutenção e expansão para desacelerar a

autorreprodução nas diversas condições criadas pela própria reprodução capitalista. É por resultado disso que no presente contexto que:

“[...] a ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuirão diretamente para a expansão do capital e concomitantemente também ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, 254-255).

Reforçadas pela ideia de Marx, ainda no século XIX, acerca da incapacidade de se obter uma solução advinda do próprio capital:

[...] nenhum melhoramento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônia, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias das massas trabalhadoras; mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais e a agudizar os antagonismos sociais. (MARX, 1983, p. 9).

Com isso pode-se concluir que as soluções, políticas tecnológicas e científicas ou quaisquer alternativas limitadas às fronteiras do capital são todas ineficazes. A questão ambiental e os problemas sociais consequentes ou agravadas pela crise supracitada, não possuem sua solução no interior da lógica do capital, pois tais questões estão embasadas e possuem sua origem no processo de produção capitalista e na sujeição do homem às “necessidades” da mercadoria. Por conta disso, tais soluções ao invés de resolver os problemas, só tendem a agravá-los. Com isso temos que o progresso técnico integra o processo de autodestruição geral do capitalismo rumo à barbárie.

3.5 – MÉSZÁROS E A LÓGICA DESTRUTIVA

No século XX, mais especificamente a partir de 1929 o sistema capitalista afrontou uma crise de superprodução de grandes proporções. Duas grandes estratégias articuladas (Tostes, 2006) foram utilizadas para enfrentar esta crise, causando profundas alterações na trajetória do sistema capitalista. Uma das estratégias tinha cunho “civilizadora” e outra “anticivilizadora”.

A estratégia “civilizadora” foi a absorção capitalista de características político-econômicas do grupo soviético, como a prática da intervenção estatal e até mesmo o planejamento por parte do Estado através de políticas públicas que visavam alcançar o pleno emprego e melhorias nos setores educacionais, de saúde e de seguridade.

Por outro lado, a estratégia “anticivilizadora” é a utilização da “produção destrutiva” (Mészáros, 2002). Tal estratégia é uma forte aceleração da “Taxa de Uso Decrescente” na ponta do consumo de mercadorias, sendo que é a prática denominada neste trabalho por “obsolescência programada”, implementada inicialmente nos anos 1930 via Complexo Industrial Militar, com o Estado assumindo o papel de “consumidor” de tal produção militar (Mészáros, 2006). Neste período da história tem-se um importante deslocamento da crise cíclica de superprodução vivenciada no momento, porém não há uma resolução de fato das contradições geradas pela fase de livre concorrência, como o aumento do desemprego. Mészáros questiona assim suposto caráter unilateralmente civilizador e progressista da esfera produtiva tecnológica no capitalismo. Porém, apesar de “anticivilizadora”, a utilização da taxa de uso decrescente ajudou a deslocar o problema do desemprego dos anos 1930 no período que vai dos anos 1940, sustentando novos índices de acumulação e ao mesmo tempo englobando no círculo produção consumo uma periferia em rápido processo de industrialização nos anos 1950 e 1960. Esse ciclo ainda conseguiu uma “sobrevida” após a II Guerra Mundial e na Guerra Fria, porém não conseguiu se sustentar devido ao acúmulo das contradições advindas desde o período da Grande Depressão, tendo o esgotamento de seu ciclo positivo na sua trajetória acumulativa.

Com o esgotamento do “ciclo positivo” no período atualmente em curso e para sustentar-se o processo de crescimento acumulativo e a taxa de lucros, a mesma produção destrutiva aplicada na fase anterior para salvar o emprego agora volta-se contra ele, ou seja, a produção destrutiva passou a ser aplicada também à própria mercadoria força de trabalho. Segundo Mészáros, para manter a sua auto reprodução

capitalista, cria-se uma etapa de restrição à própria expansão geográfica do círculo produção consumo, onde camadas crescentes de trabalhadores essencialmente da periferia e alguns do centro foram excluídos.

A produção destrutiva capitalista ocasionou um grande aumento na violência social, estimulando guerras “quentes” e “frias”, mundiais ou locais, via “Complexo Industrial Militar”. Além disso, também acarretou uma grande aceleração do consumo e do desperdício de recursos naturais e de energia (pelo lado da produção), devido à mencionada descartabilidade acelerada (do lado do consumo) o que gerou também um notável aumento dos efeitos prejudiciais de poluição ambiental, aceleração do aquecimento global via ação do homem e consequentes mudanças climáticas. Reafirmando assim que tal inflexão no capitalismo levou a uma tendência muito bem articulada entre violência social e “violência ambiental”.

Mészáros (2006) afirma que para Marx o desenvolvimento da produção culminaria com uma ampliação da circulação contínua, o que geraria como consequência uma ampliação das necessidades, sendo aí positivo ampliar o desenvolvimento das forças produtivas. Com base nessa afirmação de Marx, Mészáros aponta sua limitação histórica:

"Neste sentido as 'necessidades historicamente criadas' que substituem as naturais sob as pressões da produção generalizada de mercadorias, são extremamente problemáticas e devem por isso ser radicalmente questionadas do ponto de vista da advogada emancipação socialistas, que elas não só não antecipam necessariamente, mas à qual vivamente se opõem" (MÉSZÁROS 2006, p. 102).

Logo mais a frente, Mészáros continua sua argumentação contra o que se supôs quanto aos benefícios do desenvolvimento técnico-científico para a superação dos limites do sistema capitalista:

"O fato de que o capital possa continuar a acumulação por meio da mais intensa exploração de mais-valia absoluta e relativa e, ao mesmo tempo (ao contrário das bem fundadas expectativas de Marx no século XIX), estar longe de ser inexoravelmente levado a “ampliar

a periferia da circulação”, significa que os limites para a expansão do capital estão significativamente estendidos e que as condições objetivas de saturação da estrutura global das operações lucrativas do capital qualitativamente definidas.”(MÉSZÁROS 2006, p. 115).

A produção destrutiva, mencionada por Mészáros diverge da destruição produtiva, vigente no passado e teorizada por Schumpeter. Para ele, tal modo de produção se expressa na precarização do trabalho, na degradação ambiental, na obsolescência planejada, cujas mercadorias são produzidas para, num curtíssimo espaço de tempo, se tornarem obsoletas, a fim de serem substituídas por novas mercadorias, e se expressam também no "complexo militar-industrial", setor chave da economia mundial, onde as mercadorias, principalmente artefatos bélicos, se destroem no ato imediato do seu consumo.

De acordo com o filósofo húngaro, Rosa Luxemburgo foi a primeira a destacar o papel do complexo industrial-militar como tentativa de solucionar os problemas causados pela superprodução tanto de capital quanto de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011) ocorreram antes da Primeira Guerra Mundial, porém, foi só após a Segunda Guerra que tal complexo passou a ocupar um papel importante no processo de acumulação, tendo como referência os ditos “milagres econômicos” de Hitler após 1933.

"Desta maneira, (‘e apesar de todas as autocomplacentes mitologias keynesianas e neokeynesianas’) as várias estratégias do keynesianismo foram antes complementares à expansão desembaraçada do complexo militar-industrial, do que independentemente aplicáveis a condições verdadeiramente produtivas e também socialmente viáveis.” (MÉSZÁROS 2011, p. 119).

Mészáros ainda complementa afirmando que o Estado possui papel fundamental na produção de desperdício via complexo industrial militar, possibilitando a legitimação da oferta atual pela demanda fictícia, fazendo com que seja assumida como demanda da nação. Para ele o Estado está a serviço do capital e incrementa orçamentos militares sem inflação, em detrimento dos serviços sociais e das reais necessidades humanas, além de

financiar as pesquisas militares e seu patrocínio. Com isso, o sociometabolismo do capital cumpre sua tarefa de realizar mais-valia pelas diversas formas de dissipação e destruição, sem levar em conta os problemas sociais consequentes, fazendo com que a taxa de utilização decrescente atinja bens e serviços, instalações e maquinaria e a própria força de trabalho. Para o autor, todavia, o capitalismo atual está longe de retomar um período de expansão nas mesmas bases do pós-guerra.

O filósofo ressalta que o surgimento da crise estrutural não quer dizer que o sistema esteja em vias de desaparecimento, ou que vá implodir, em breve, por conta própria, mas o que afirma que irá acontecer, é que o capital continuará vivo, mas vivo à “semelhança de um câncer” e com isso, tendo uma dinâmica metabólica altamente degradante e mortífera, o que torna a situação da humanidade particularmente grave na atualidade. Mas, por mais paradoxal que isso possa parecer, o autor afirma que é essa a condição que de fato abre a possibilidade objetiva para a superação do complexo social alienante em que estamos inseridos.

O que sem tem aqui, é que, conforme mencionado, a lógica da sociedade capitalista precisa criar ou renovar estratégias que favoreçam a acumulação do capital (por meio não só da expropriação da mais-valia na produção, mas também pelo lucro obtido na venda dos produtos). Mészáros (1989) mostra que a taxa de uso decrescente no capitalismo é um mecanismo inevitável da produção destrutiva do capital, concretizada então pela “obsolescência programada” que reduz drasticamente a vida útil das mercadorias, agilizando o ciclo reprodutivo do capital. Com isso o filósofo húngaro afirma que o atual processo de acumulação capitalista, sob a pressão e as determinações de seu colapso estrutural, não consegue mais se desenvolver sem recorrer a uma decrescente taxa de utilização do valor de uso das mercadorias, tratando-se de um mecanismo do qual o capital não tem mais como se desprender, se desvencilhar, sem que isso represente profundos entraves para sua reprodução (PANIAGO, 2007). Ainda que se considere a ocorrência de uma “destruição produtiva” no desenvolvimento histórico do capital, a dinâmica de sua crise estrutural incorpora em seu processo metabólico um momento histórico em que, nas palavras do próprio autor: “[...] passamos da prática de destruição produtiva da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável” (MÉSZÁROS, 2002, p. 267).

O autor considera esse fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista, o qual precisa estimular a sociedade descartável para perdurar enquanto sistema econômico hegemônico.

“É, pois, extremamente problemático o fato de que [...] a ‘sociedade descartável’ encontre o equilíbrio entre produção e consumo necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente consumir em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’, de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo muito antes de esgotada sua vida útil” (MÉSZÁROS, 1989, p.16).

Para mover uma sociedade de consumo é necessário que haja consumo o tempo todo e que seja desejado novos produtos para substituir os que já se tem – seja por falha, pela ideia de que surgiu outro exemplar mais desenvolvido tecnologicamente ou simplesmente porque saíram de moda. Serge Latouche, como já mencionado no capítulo primeiro, no documentário “A história secreta da obsolescência planejada”, diz que a necessidade de consumir é alimentada a todo o momento pelo trio: publicidade, crédito e obsolescência.

Essa preocupação em gerar consumo demasiado, ocorre uma vez que tal sociedade visa atender às necessidades de acumulação do capital mais do que às necessidades básicas de seus membros. Se a satisfação de todos fosse realmente o objetivo final do sistema produtivo, os bens seriam reutilizáveis, como afirma Mészáros (1989, p.88). Mas, como o capitalismo “tende a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediata” (Mészáros, 1989, p.20), toda a sociedade fica submetida à lógica de acumulação do capital onde se observa a não aceleração do ciclo produção-consumo. Assim, a obsolescência planejada passa a ser uma estratégia fundamental para satisfazer as exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

“[...] quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para

o sistema), [...] melhor é do ponto de vista do capital: com isso, tal subutilização produz a vendabilidade de outra peça de mercadoria” (Mészáros, 1989, p.24).

Em outras palavras, o funcionamento social do capital executa com severidade a prioridade das necessidades de sua autorreprodução em detrimento da produção voltada para o atendimento das necessidades humanas. Desse modo, conclui que:

“Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade geral. Como exemplo desta tendência, [...] é suficiente pensar sobre a selvagem discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de 5% da população mundial e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Neste sentido, tal sistema é “orientado para a expansão e movido pela acumulação.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). Ressaltando que a geração de desperdício não é um “desvio” ou uma situação atípica do capital, mas sim ocorre uma vez que a taxa de utilização decrescente, nos termos do pensador húngaro, atualmente assume uma posição de domínio.

Posto a questão da lógica destrutiva, Mészáros (2011) faz menção a cerca de outra tendência perigosa da atualidade, a relativização e a legitimação do luxo em prejuízo da necessidade, havendo uma estreiteza entre desperdício e luxo, sendo que também é importante destacar que o luxo não tem a menor possibilidade de ser generalizável a todas as classes, uma vez que a crise impulsiona a elevação do nível de desemprego e da desigualdade social, segregando grandes parcelas da população do consumo de produtos básicos, como alimentos, água potável, serviços de saúde, condições de moradia, entre outros.

Neste ponto é importante ressaltar que necessidade tem relação com as demandas básicas de sobrevivência do ser humano, tanto as de ordem físico-biológicas (comer, beber água, dormir etc.), quanto as de cunho social (saúde, educação etc.), ou seja, necessidade que, não sendo satisfeita, torna o risco de morte iminente. O luxo, por sua vez, é algo definido como consumo secundário à sobrevivência do homem. É algo que, de algum modo, agrada ao espírito, mas é, em última instância, opcional em relação à manutenção da vida.

Sendo importante também ressaltar que luxo e necessidade são historicamente criados pelo homem e, portanto, passíveis de serem ultrapassados a qualquer momento. O filósofo questiona o fato de que as pessoas se encontram um tanto confusas em discernir luxo de necessidade, apontando para o que parece haver um descompasso generalizado entre o que é fútil e o que é vital – sendo isto reiterado pelo conflito inerente ao metabolismo social do capital, que faz preponderar em condições arbitrárias o que é pela ótica do capitalismo rentável sobre o que é genericamente útil (MÉSZÁROS, 2011).¹⁴

Diante disso, pode-se afirmar também que aqueles com poder de compra, precisam consumir mais para manter de forma acelerada o circuito produtivo ampliado do capital, ainda que isso signifique formas desperdiçadoras de consumo. A produção e seu consumo estão concentrados em poucas mãos e bolsos, enquanto que para uma grande parcela de seres humanos é negado o direito a própria vida.

CONCLUSÃO

A exemplo de Marx e Schumpeter, Mézáros também defende que a mudança econômica da sociedade capitalista deriva de um conjunto de aspectos que estão inter-relacionados, inclusive aspectos de natureza não produtiva, sendo tanto uma questão de engenharia produtiva quanto questões físicas e sociais. Nesse sentido, a inovação tecnológica deve ser estudada a partir de um contexto dinâmico, em que os aspectos tecnológicos afetam e são afetados por fatores não materiais. Dessa forma o capital é

¹⁴ Afirmando assim que a população vem sendo compelida a viver com o mínimo, sem desperdícios, com o pretexto da sobrevivência da espécie humana, temos os seguintes dados apresentados na obra da pedagoga Rachel Zacarias: “[...]20% da população mundial consome entre 70% a 80% dos recursos no mundo. Esses 20% comem 45% de toda a carne e de todo o peixe, consomem 68% de eletricidade, 84% de todo o papel e possuem 87% de todos os automóveis”. (ZACARIAS, 2009, p. 68).

apresentado pelo filósofo como um sistema historicamente específico de reprodução sociometabólica.

Conclui-se que por meio da obsolescência programada as pessoas passam a ser consideradas simples consumidoras, movidas de acordo com os interesses do capital, passando a ideia de que a felicidade está contida no ato de consumir, promovendo o aparecimento de novas necessidades a todo instante. Com isso tem-se que o sociometabolismo do capital, com base na prática constante de tornar os produtos obsoletos de forma planejada, em sua esfera produtiva é inimigo da durabilidade das mercadorias. Além do mais, tal diminuição na qualidade das mercadorias cria uma demanda artificial pelos produtos supostamente novos, que surgem para substituir os produtos considerados ultrapassados.

Assim, o capital se mostra cada vez mais incompetente em harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento amplo das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados. A partir desse problema o sistema do capital se articula numa rede de contradições onde apenas se administra de forma parcial e durante curto espaço de tempo, não conseguindo superar tais contradições de forma definitiva. Na raiz de todas as contradições se apresenta o antagonismo entre o capital e o trabalho, que assume a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital. Na gênese da superação das contradições que reforçam a autorreprodução dos antagonismos do capital, Mészáros defende que a única opção possível é instituir uma alternativa radical ao seu modelo de controle do metabolismo social. Apesar das suas próprias barreiras e limitações, o desenvolvimento do sistema do capital amplia o círculo de consumo e eliminando todas as barreiras que restringem o livre desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento geral da produção, e a exploração e o intercâmbio das forças mentais e estruturais.

Dessa forma, não faz sentido pensar em desenvolvimento geral da produção associada à expansão das necessidades humanas, da mesma forma que não faz sentido pensar que a realidade destrutiva do capital seja um pressuposto do modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Quando considerados os problemas ocasionados pelo complexo industrial-militar e sua incapacidade de diferenciar consumo de destruição de forma a gerar uma produção de desperdício viabilizada pelo Estado e legitimando a oferta atual pela demanda fictícia, a lógica destrutiva se torna ainda mais contraditória em relação ao desenvolvimento geral da produção.

Com isso, tem-se apenas uma postergação dos problemas gerados pelas contradições desse sistema para as gerações futuras e não os resolvendo de fato. Isso ocorre porque atualmente, o capital está voltado para o aumento do círculo do consumo, para a reprodução ampliada assegurada por diversas modalidades de destruição. Uma vez que o capital, o consumo e a destruição são equivalentes funcionais, é deixado de lado o benefício do indivíduo social pleno e as questões ambientais acarretadas pelo acúmulo de lixo gerado.

Desse modo pode-se afirmar que este modelo capitalista gera uma crise socioambiental que desafia o mundo contemporâneo, onde as questões econômicas e ambientais se fundiram em uma imensa preocupação quanto as margens entre as grandes corporações multinacionais, capitalismo competitivo, ética e sobrevivência das espécies está em desequilíbrio¹⁵.

Além disso, o autor ainda aponta o problema do imperialismo norte americano confrontando a teoria de Schumpeter no quesito de que as inovações tecnológicas irão propagar maior produtividade e desenvolvimento da sociedade:

“O regulamento sobre transferência de tecnologia, as leis protecionistas norte-americanas, os controles extraterritoriais coordenadas pelo Pentágono e protegidos pelo Congresso. (...) são canalizados para as maiores e mais ricas empresas do mundo. (...) São irresistíveis e, se não forem contidos, abrirão caminho num setor após o outro das tecnologias avançadas mundiais.” (MÉSZÁROS, 2006, p.50).

Em suma, para o autor não se pode admitir que a intervenção de agências governamentais dos Estados Unidos no campo da alta tecnologia, tanto militar quanto civil continue indefinidamente, pois tal prática implica num aumento das contradições capitalistas e nas desigualdades tecnológicas entre os países, gerando uma barreira à entrada de novas empresas no mercado.

Considerando o que foi exposto, Mézárós defende que as contradições geradas no sistema sociometabólico do capital só será resolvido quando for destruído por completo o tripé (Capital, Trabalho e Estado) que sustenta esse mesmo sistema. De

¹⁵ FOSTER, J.B. MY. "A crise de Época". Monthly Review: uma revista independente Socialista 65, n. 5 (Outubro de 2015).

forma final, o autor afirma que se não for destruído este tripé de forma completa, só restará a barbarie gerada pelo sociometabolismo do capital.

Considerações Finais

Como ponto de partida para deixar o debate entre os dois autores à luz do tema da obsolescência programada é importante contrapor as semelhanças e diferenças de entre ambos os autores.

Schumpeter teve sua célebre obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” publicada pela primeira vez em 1911, influenciado por Walras, para desenvolver sua teoria, utiliza artefatos matemáticos e econométricos das questões econômicas além de empregar a concepção de modelos econômicos para explicar o desenvolvimento econômico capitalista. Além disso, Schumpeter supõe um Estado organizado a partir do comércio, tendo como base a sociedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. Alguns anos mais tarde, em 1942, publicou “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, livro que foi escrito em plena década de 1930, período marcado pela “Grande Depressão”, tendo muitos estudiosos defendido que a tecnologia havia chegado ao seu limite, de forma que o capitalismo havia atingido seu auge. De maneira contrária, defendeu em sua obra que para sair desse momento de crise dever-se-ia investir em inovações tecnológicas, defendendo sua concepção da destruição criativa.

Por outro lado, Mészáros é um autor contemporâneo ainda em atividade, abordando em suas obras tanto as questões sociais, quanto ambientais e econômicas vivenciadas na atualidade. Após duas décadas se dedicando a obra “Para além do capital”, publicada em 1994 na versão em inglês e, em 2001, publicou “Socialismo ou Barbárie”. Suas obras são uma análise crítica contra o capital e suas formas de controle social, fazendo uma atualização de “O Capital” de Marx, busca questionar a sociabilidade atual e a lógica destrutiva que a governa, se contrapondo à Schumpeter quanto às consequências e efetividade da “destruição criadora”.

Uma vez contextualizadas as obras que embasam este estudo, é necessário diferenciar a visão que cada autor tem em relação ao sistema capitalista. Em Schumpeter, defende-se que existe uma tendência ao equilíbrio geral entre os agentes econômicos tendo em vista a organização comercial do Estado baseada na sociedade privada, na divisão do trabalho e na livre concorrência. Dessa forma, em sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, defende que as flutuações da economia capitalista, devido à inovação e adaptação de mercado para mudanças contínuas, o sistema capitalista é instável, tendendo a sua destruição e culminando no sistema

socialista no sentido de que há um movimento deslocador das atividades econômicas da esfera privada para a esfera pública, onde a gestão de um processo produtivo passaria para as mãos da autoridade pública. Em "A Marcha para o Socialismo", Schumpeter diz: "Marx estava errado em seu diagnóstico sobre a forma como a sociedade capitalista iria quebrar; Ele não estava errado na previsão de que acabaria por quebrar." (Schumpeter, 1950, p.456). Por outro lado, Mészáros defende que o capitalismo apresenta um sistema sociometabólico gerador de várias contradições, devido a isso se mostra a necessidade da superação do tripé sustentador desse sistema (capital, trabalho e Estado), uma vez que ocorre uma subordinação do trabalho ao capital de forma a alienar e fetichizar o primeiro.

Ambos os autores defendem que a mudança econômica da sociedade capitalista deriva de um conjunto de aspectos que estão inter-relacionados. Nesse sentido, a inovação tecnológica deve ser estudada a partir de um contexto dinâmico, em que os aspectos tecnológicos afetam e são afetados por fatores não materiais. Dessa forma o capital é apresentado como um sistema historicamente específico de reprodução sociometabólica onde a definição de inovação não reside apenas nas mudanças tecnológicas.

Dando continuidade na contraposição entre os dois autores, Schumpeter vê a "destruição criadora" como agente fomentador do sistema econômico orientado pelo agente inovador. Com isso, tal prática seria mais positiva que negativa uma vez que produziria empregos, elevando a renda e gerando progresso econômico de forma progressiva. Enquanto que para o filósofo húngaro tem-se uma "criação destrutiva", afirmando que essa prática transforma as pessoas em simples consumidoras, movidas de acordo com os interesses do capital, promovendo o aparecimento de novas necessidades a todo instante, à vista disso, tal diminuição na qualidade das mercadorias cria uma demanda artificial pelos produtos supostamente novos.

Outra grande diferença entre os autores é a abordagem quanto a presença de monopólios e oligopólios no metabolismo do capital. Nosso economista austríaco defende que o empresário inovador está sempre em busca do lucro monopolista através das inovações baseadas na destruição criativa, trazendo barateamento nos produtos ofertados e nos custos de produção. Num segundo momento ocorre a difusão das tecnologias originando concorrentes e reduzindo a renda do monopolista, tendo uma fase de desenvolvimento econômico e aumentando a renda geral da economia de forma

a gerar prosperidade, voltando ao estado de equilíbrio da economia sem lucros monopolistas.

Nessa análise Schumpeter desconsidera que a origem dos principais processos inovadores está concentrada nos países desenvolvidos. Nesse sentido, aponta que o acesso à tecnologia física seria condição suficiente para a geração de inovações dentro das fronteiras nacionais ignorando a existência de uma barreira à entrada desses países na participação dessa dinâmica de inovação, enquanto que nosso filósofo húngaro destaca o problema do imperialismo norte americano confrontando a teoria de Schumpeter no quesito de que as inovações tecnológicas irão propagar maior produtividade e desenvolvimento da sociedade, uma vez que ressalta que a presença de regulamentos sobre transferência de tecnologia, as leis protecionistas e os controles extraterritoriais canalizam esse avanço tecnológico para as maiores e mais ricas empresas do mundo, excluindo dessa forma as pequenas empresas e os países subdesenvolvidos.

Schumpeter defende que as inovações ocorrem de forma esporádica e concentrada no tempo devido ao fato de os agentes inovadores terem medo do risco que o lançamento de um novo produto, novo modo de produção ou novo modo organizacional pode gerar. Por isso demoram em fazer com que as invenções se tornem inovações de fato, esse “gap” temporal faz com que o crescimento capitalista ocorra em ciclos. Além do mais, tem-se também a questão dos ciclos econômicos serem ocasionados pela dissipação tecnológica já mencionada.

Por outro lado, em Mészáros, os ciclos econômicos são mencionados no sentido de que com o uso da obsolescência programada e com as contradições geradas pelo sistema sociometabólico do capital cria de uma demanda artificial. A partir desse problema o sistema do capital se articula numa rede de contradições onde apenas se administra de forma parcial e durante curto espaço de tempo, não conseguindo superar tais contradições de forma definitiva, e fazendo com que seus problemas (desemprego, desigualdade social, problemas socioambientais) eclodam na geração seguinte.

Ainda que defina o desemprego e a pobreza como males sociais, Schumpeter argumenta que o sucesso do capitalismo gera empresas em que as forças produtivas são altamente desenvolvidas, reduzindo assim o desemprego para níveis aceitáveis. Além disso, defende que essa unidade interna melhora a qualidade e o preço dos produtos, fazendo com que tais produtos sejam ofertados em grande escala e se tornem acessíveis para os trabalhadores, mesmo que reconheça que a dinâmica do mercado e da

introdução de novos produtos sejam acompanhadas de crises econômicas constantes. Por fim desconsidera os impactos ambientais dessa produção e consumo excessivos.

De forma divergente, o sociometabolismo descrito por Mészáros faz com que o capital se mostre cada vez mais incompatível com uma realização significativa da universalidade viável, capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados. Tendo a presença do trabalho alienado e fetichizado, onde o próprio trabalho se torna mercadoria e, aponta que o acúmulo dos resíduos e poluição ambiental gerada pela obsolescência programada impactem diretamente no meio ambiente.

Mesmo defendendo que a própria racionalização do sistema capitalista pode atrofiar o futuro empresário, tal sistema orientado pelo empresário inovador é a melhor maneira de gerar progresso para a sociedade, de acordo com Schumpeter, uma vez que o autor defende que a destruição criativa gera progresso e melhora os padrões de vida de todos, inclusive dos trabalhadores. Neste sentido, também é identificado em Schumpeter a relação entre inovação tecnológica e evolução capitalista, como dois aspectos centrais da dinâmica desse sistema uma vez que o capitalista é o detentor dos fundos de poder de compra, sendo o financiador do empresário inovador.

Mészáros, por outro lado, defende que as contradições geradas nesse sistema apenas serão superadas instituindo uma alternativa radical ao modelo de controle do metabolismo social do capital, uma vez que o atual metabolismo capitalista é a gênese dessas contradições e reforça sua autorreprodução. Para superar esse metabolismo e contradições é necessário destruir por completo o tripé (Capital, Trabalho e Estado) que sustenta esse mesmo sistema. De forma final, o autor afirma que se não for destruído este tripé de forma completa, só restará a barbárie gerada pelo sociometabolismo do capital.

Com base no que foi exposto pode-se concluir que, ao analisarem a obsolescência programada, os autores fazem abordagens diferentes, sendo que o primeiro ressalta e defende os aspectos positivos dessa prática e, por outro lado, o segundo afirma que o uso desse artifício gera um progresso fantasioso e que não consegue se sustentar.

Schumpeter se apresenta mais preocupado em analisar a oferta de produtos e as estratégias utilizadas para promoverem um desenvolvimento do ponto de vista

econômico, onde tal desenvolvimento é pautado no agente inovador, deixando de lado os problemas da demanda e as necessidades humanas reais para sua sobrevivência.

Por outro lado, Mészáros faz uma abordagem com o intuito de demonstrar quão perigoso é sobrepor o trabalhador aos benefícios do capital e que a prática da obsolescência programada apenas irá gerar uma demanda artificial que não conseguirá se sustentar, levando assim à uma crise do próprio sistema sociometabólico do capital.

Referências Bibliográficas

ALADEOJEBI, T. K. Planned Obsolescence. *International Journal of Scientific & Engineering Research*, v. 4, n.6, p.1504 -1508, 2013.

ANANE, M. In: *Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescencia programada*. [Documentário-vídeo]. Produção de RTVE, Article Z e Media 3.14, direção de Cosima Dannoritzer. Madri, RTVE, 2011. (52min18seg). Disponível em <http://www.rtve.es/television/documentales/comprar-tirar-comprar>. Acesso em: 22/05/2014.

ANDRADE, V, B. – Estética da mercadoria e obsolescência: um estudo da indução ao consumo no capitalismo atual, 2007.

ANTUNES, C. A. Trabalho, alienação e emancipação: A educação em Mészáros (Dissertação de Mestrado, Campinas, Faculdade de Educação, 2010).

ANTUNES, R. Os Sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARBEX JR., José. A Outra América – Apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos, São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BAPTISTA, M,A,C. A indústria brasileira de bens de eletrônicos de consumo. Campinas: Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1985.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Lisboa: Editora 70, 2008.

BELLUZZO, L, G.. As transformações de economia capitalista pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais In: *Política e Economia em Foco*, n. 7 – nov. 2005/abr.2006.

BRAGA, J. Obsolescência programada: o consumo exacerbado e o esgotamento de fontes naturais, 2012

BULOW, J. An Economic Theory of Planned Obsolescence. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 101 (4): 729 – 750, nov. 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. Durable-Goods Monopolists. *The Journal of Political Economy*, v. 90 (2): 314 – 332, abr. 1982. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 12 set. 2014.

CANO, W. 1995. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional. São Paulo: Fapesp, 4ª ed.

CARCANHOLO, M. D. Pesquisa e debate. São Paulo, volume 9, número 2 (14), 1998.

CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, v. 1, 2002.

_____. Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, v. 2, 2003.

CASTELLS, M. A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1, 3ª Ed. SP: Paz e Terra, 2000.

_____. Fim de Milênio, a era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 3, 2ª Ed. SP: Paz e Terra, 2000.

CHESNAIS, François et alii. Globalização e socialismo. SP: Net editora, 1997.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.21, n.2, p. 58-76. 2000.

DOSI, G. Mudança Técnica e Transformação Industrial- teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

ECHEGARAY, F. A naturalização da obsolescência dos eletroeletrônicos. Livre Pensar, fev., 2014. São Paulo: Ideia sustentável, 2014. Disponível em <http://www.ideiasustentavel.com.br/2014/02/a-naturalizacao-da-obsolescencia/>. Acesso em 03/06/2014.

ELLIOT, J. E. Marx and Schumpeter on capitalism's creative destruction: a comparative restatement. The Quarterly Journal of Economics, v. 95, n. 1, p. 45-68, August 1980.

GUILTINAN, J. Creative Destruction and Destructive Creations: Environmental Ethics and Planned Obsolescence. Journal of Business Ethics, 89:19–28. 2009.

IDEC, 2014. <http://www.idec.org.br/o-idec/sala-de-imprensa/release/mais-da-metade-dos-equipamentos-eletronicos-e-substituida-devido-a-obsolescencia-programada>. Acesso em 03/04/2016.

LAGRANHA, T,W. Análise teórica do processo de desenvolvimento econômico schumpeteriano: críticas e contribuições, 2008.

LATOUCHE, S. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Martins Fontes, 2009a.

_____. Decrescimento ou barbárie!: entrevista (jun., 2009). IHU On-Line. São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2009b. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/22729-decrescimento-ou-barbarie-entrevista-especial-com-serge-latouche>>. Acesso em 02/12/2014.

_____. In: Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescencia programada. [Documentário-vídeo]. Produção de RTVE, Article Z e Media 3.14, direção de Cosima Dannoritzer. Madri, RTVE, 2011. (52min18seg). Disponível em <http://www.rtve.es/television/documentales/comprar-tirar-comprar>. Acesso em: 02/12/2014.

_____. O pequeno tratado do decrescimento sereno. reimp. Lisboa: Edições 70, 2012.

LESSA, S. Mundo dos homens. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. História e ontologia: a questão do trabalho. Crítica Marxista, volume 20, p. 70-89, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Trabalho, sociabilidade e individuação. Revista da Fiocruz, Trabalho, Educação e Sociedade, vol 4, n. 2, setembro de 2006.

_____. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S; TONET, I. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LONDON, B. The new prosperity: permanent employment, wise taxation and equitable distribution of wealth, 1933.

MANCIA, K,C,B. Proteção do consumidor e desenvolvimento sustentável: análise jurídica da extensão da durabilidade dos produtos e o atendimento à função socioambiental do contrato. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito Econômico e Social do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre.

MAYCROFT, N. Consumption, planned obsolescence and waste. Working Paper (Unpublished). University of Lincoln, março, 2013. Disponível em <http://eprints.lincoln.ac.uk/2062/1/Obsolescence.pdf>. Acesso em 03/07/2014.

MARX, K. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III, vol.6. Editora Civilização Brasileira, RJ, 1975.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. O Capital – Resultados do Processo de Produção Imediata Capítulo VI. São Paulo: Editora Moraes, 1965.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: Marx e Engels. Obras Escolhidas em Três Tomos, vol. 2. Lisboa: Edições Avante, 1983.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. O Manifesto Comunista. Paz e Terra: RJ, 1998

MARX, K. B. In: Marx/Engels, Werke (MEGA). Berlin: Dietz Verlag, 1965, v. 32

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____.O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004

_____.A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____.O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas: Unicamp, 2005.

NIVA, M.; TIMONEN, P. The Role of Consumers in Product-oriented Environmental Policy: Can the Consumer be the Driving Force for Environmental Improvements? International Journal of Consumer Studies, nº 25, dezembro, 2001, pp331–338. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1470-6431.2001.00204.x/pdf>. Acesso em: 22/08/2014.

“O Estado do Mundo” publicado pelo The Worldwatch Institute com versão brasileira confeccionada e divulgada pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente extraído do site - <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Akatu-lan%C3%A7a-hoje-relatorio-Estado-do-Mundo-2010>. Acesso em 01/03/2016

PACKARD, V. Estratégia do desperdício. 1ª edição. São Paulo: IBRASA, 1965.

PANIAGO, Cristina. Mészáros e a incontrolabilidade do capital. Maceió: Edufal, 2007.

PAVÃO, P,P,R. Obsolescência Programada de produtos, 2009. Disponível em <http://www.liraa.com.br/conteudo/2115/contato>. Acesso em: 22/03/2015.

PHILIPS,W. In: Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescencia programada. [Documentário-vídeo]. Produção de RTVE, Article Z e Media 3.14, direção de Cosima Dannoritzer. Madri, RTVE, 2011. (52min18seg). Disponível em <http://www.rtve.es/television/documentales/comprar-tirar-comprar>. Acesso em: 22/08/2014.

Rio+20: Roda de conversa debate lixo eletrônico – impactos e transformações (2012). <http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/inclusao-digital/25238-rio-20-roda-de-conversa-debate-lixo-eletronico-impactos-e-transformacoes>. Acesso em 03/06/2014

ROSENBERG, N. (1983) Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. Cap. 5.

SAAD, Ana Lúcia. Autocad – atualizações frequentes: avanço tecnológico ou obsolescência programada? 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAMUELSON, P, A. Reflections on the Schumpeter I knew well. Journal of Evolutionary Economics, 2003, 13: 463-7.

- SAY, J.B. Tratado de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.I.
- SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- _____. (1942) Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- _____. (1911). A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. (1911). A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. (1997) Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997
- _____. (1946). John Maynard Keynes: 1883-1946. American Economic Review, v. XXXVI, n. 4, p. 495-518, September.
- _____. The March into Socialism, The American Economic Review, Vol.40, No.2 (May 1950).
- SLADE, G. Made to Break – Technology and Obsolescence in America. First Harvard University Press Paperback edition, 2006.
- SLOAN, A. My years with general Motors. A.Doubleday, Garden City, NY, USA: Doubleday, 1963.
- SOUZA, N.J. Desenvolvimento econômico. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SYLOS-LABINI, P. (1983-84). Factors affecting changes in productivity. Journal of Post Keynesian Economics, v. VI, n. 2, Winter, p. 161-79.
- _____. (1984). Oligopólio e Progresso Técnico. Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro - RJ, 1984.
- TIGRE, P, B. (2005). Destruição criadora: Schumpeter e o papel da tecnologia no desenvolvimento econômico. IHU On-Line. São Leopoldo, ano 4, n. 155, p. 60-2, 12 set. TOBIN, J. (1991). Preface to SCHUMPETER by Edward Marz. English Translation. Yale University Press. Cowles Foundation Discussion Paper 995, p. 1-8.
- TEIXEIRA, Francisco. Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2008. TONET, Ivo. Democracia ou liberdade? Maceió: Edufal, 2004. ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, v. 19 nº 2, p. 65-72. Jul-Dez 2009.
- TOSTES, J.G.R. “Capitalismo no séc. XX: aspectos civilizadores e anti-civilizadores”. In: Carvalho e Silva, J.A. Estresse no trabalho: machismo e papel da mulher. Niterói: Muiraquitã, 2006.

_____. “Crise no capitalismo e ciência da complexidade”. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Unicamp, 2007 (dvd)

UNEP, Sustainable Innovation and Technology Transfer Industrial Sector Studies. RECYCLING – FROM E-WASTE TO RESOURCES – Relatório da ONU para o Meio Ambiente extraído do site: http://www.estadao.com.br/infograficos/2010/02/doc_ewaste.pdf. Acesso em 22/05/2016

ZANATTA, M. A Obsolescência programada sob a ótica do direito ambiental brasileiro, 2013.